



GUIÃO DE PEDREIRAS

SIMPLEX+

INDICE

	Pág.
PREÂMBULO	
INTRODUÇÃO – CARATERIZAÇÃO DO SETOR DAS PEDREIRAS EM PORTUGAL	3
1 – ACESSO À ATIVIDADE	7
1.1 – Requisitos de Localização	9
1.2 – Classificação das pedreiras	11
1.3 – Entidades competentes para a atribuição de licença (licença de pesquisa ou de exploração)	12
1.4 – Pedidos de licenciamento de massas minerais	13
1.4.1 – Licença de pesquisa	14
1.4.1.1 – Pedido de licenciamento para pesquisa	14
1.4.1.2 – Prazos para a licença de pesquisa	15
1.4.1.3 – Validade da licença de pesquisa; prorrogação da licença de pesquisa	15
1.4.2 – Licença de exploração	16
1.4.2.1 – Pedido de licenciamento para exploração	16
1.4.2.2 – Atribuição da licença de exploração, procedimentos e prazos	18
1.4.2.3 – Caução para garantia de execução do PARP	19
1.4.2.4 – Responsável técnico da pedreira	20
2 – EXERCÍCIO DA ATIVIDADE	21
2.1 – Condições de Segurança	21
2.1.1 – Sinalização de Segurança	21
2.1.2 – Segurança e condições de exploração	22
2.1.3 – Acidentes	23
2.1.4 – Boas Práticas / Boas regras de execução da exploração	23
2.1.5 – Zonas de Defesa	25
2.2 – Programa Trienal, Mapas Estatísticos e Relatórios Técnicos	26
2.2.1 – Programa Trienal	26
2.2.2 – Mapas Estatísticos e Relatórios Técnicos	26
2.3 – Transmissão da Licença	27
2.3.1 – Transmissão da Licença de Pesquisa	27
2.3.2 – Transmissão da Licença de Exploração	27
2.4 – Mudança de Responsabilidade Técnica	28
2.5 – Alteração do Regime de Licenciamento de Pedreira	28
2.6 – Ampliação de Pedreira	28
2.7 – Fusão de Pedreiras	29
2.8 – Revisão do Plano de Pedreira	29
2.9 – Abandono de Pedreira, Suspensão de Lavra	29
2.10 – Desvinculação do Explorador e Liberação da Caução	30
2.11 – Encerramento e Recuperação de Pedreira	30
2.12 – Cessação dos Efeitos Jurídicos da Licença de Pesquisa	31
2.13 – Cessação dos Efeitos Jurídicos da Licença de Exploração	31
2.14 – Caducidade da Licença de Exploração	31
2.15 – Autorização para o emprego de substâncias Explosivas	32
2.16 – Taxas	33
3 – GLOSSÁRIO	34
4 – MODELOS / MINUTAS	51

Preâmbulo – Apresentação do guião

A elaboração deste guião, prevista na Medida 129 do Programa SIMPLEX do Governo, destina-se a disponibilizar *online* um guia de apoio ao investidor no setor da exploração de massas minerais (pedreiras), viabilizando um fácil acesso à informação relativa às obrigações legais e procedimentais na atividade de pesquisa e exploração de massas minerais.

Este guião foi assim desenvolvido para responder de forma simples e objetiva às eventuais dúvidas e questões que surjam relativamente ao licenciamento de pedreiras (Regime Jurídico de Pesquisa e Exploração de Massas Minerais) e procedimentos / tramitação dos pedidos.

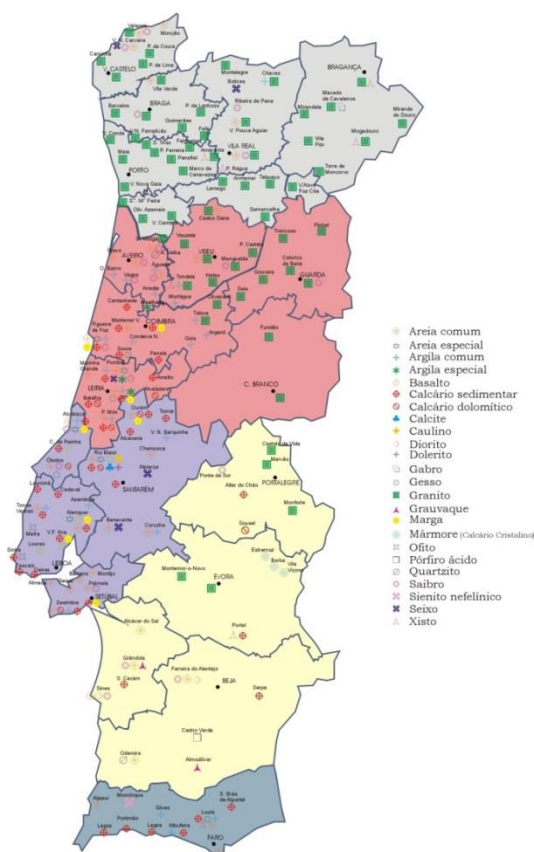
Visa ainda referenciar a legislação aplicável e conexa, bem como o seu relacionamento e articulação com o Regime Jurídico de Pesquisa e Exploração de Massas Minerais – Pedreiras.

INTRODUÇÃO - CARATERIZAÇÃO DO SETOR DAS PEDREIRAS EM PORTUGAL

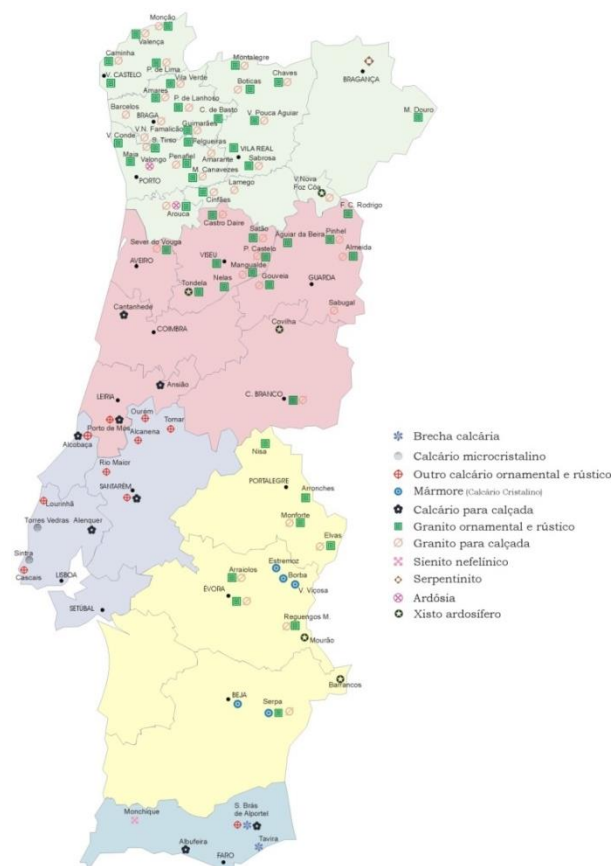
O Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, doravante designado como “*lei de pedreiras*”, estabelece o Regime Jurídico de Pesquisa e Exploração de Massas Minerais (rochas e ocorrências minerais não qualificadas legalmente como depósito mineral).

A exploração de massas minerais, vulgo pedreiras, tem grandes tradições em Portugal e grande impacto na economia quer das regiões onde ocorrem, quer a nível nacional sendo relevante o papel desempenhado no plano das exportações.

Localização das principais ocorrências de massas minerais

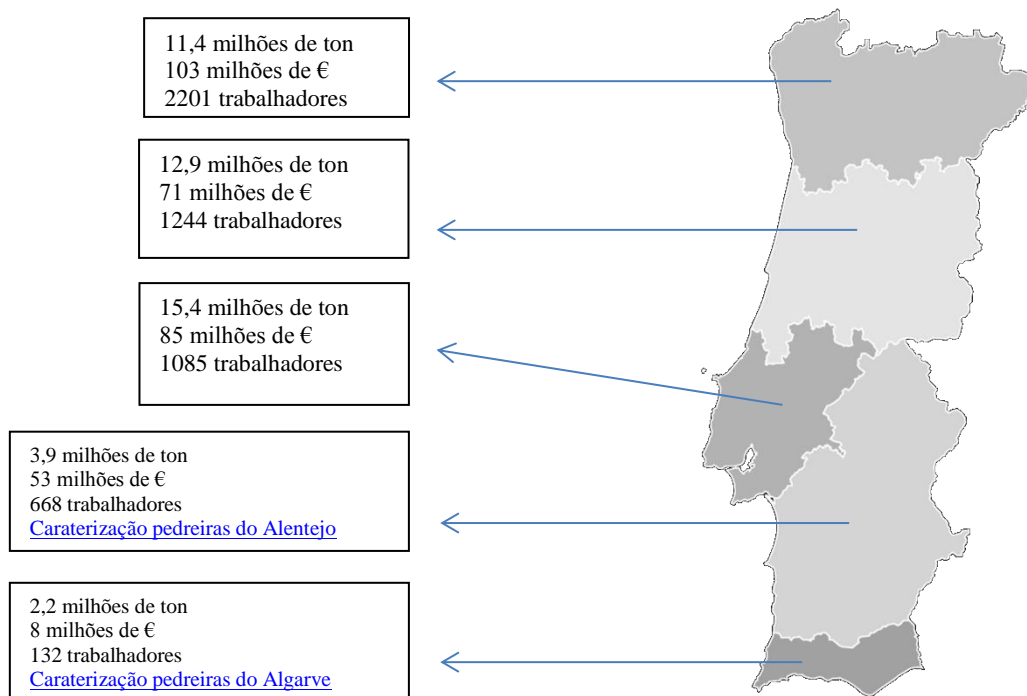


Rochas industriais

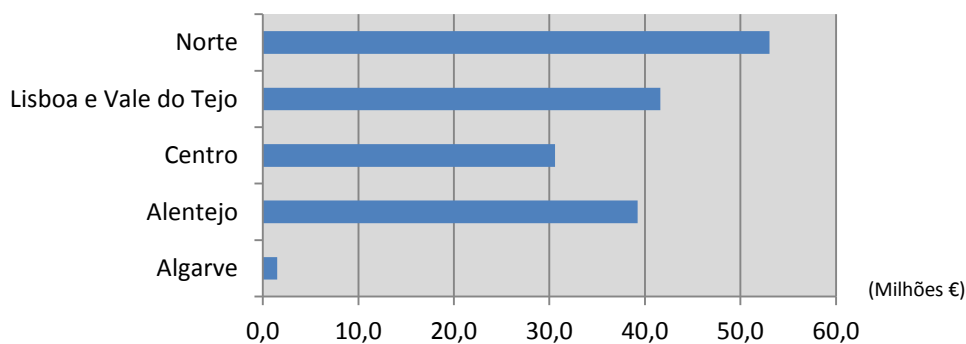


Rochas ornamentais

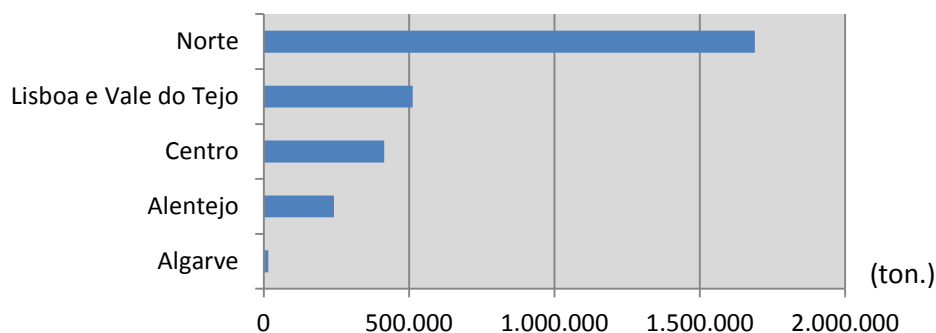
As pedreiras com produção no ano de 2015, produziram 45,7 milhões de toneladas com um valor de produção de 320 milhões de €, envolvendo 5330 trabalhadores com a distribuição regional abaixo indicada.



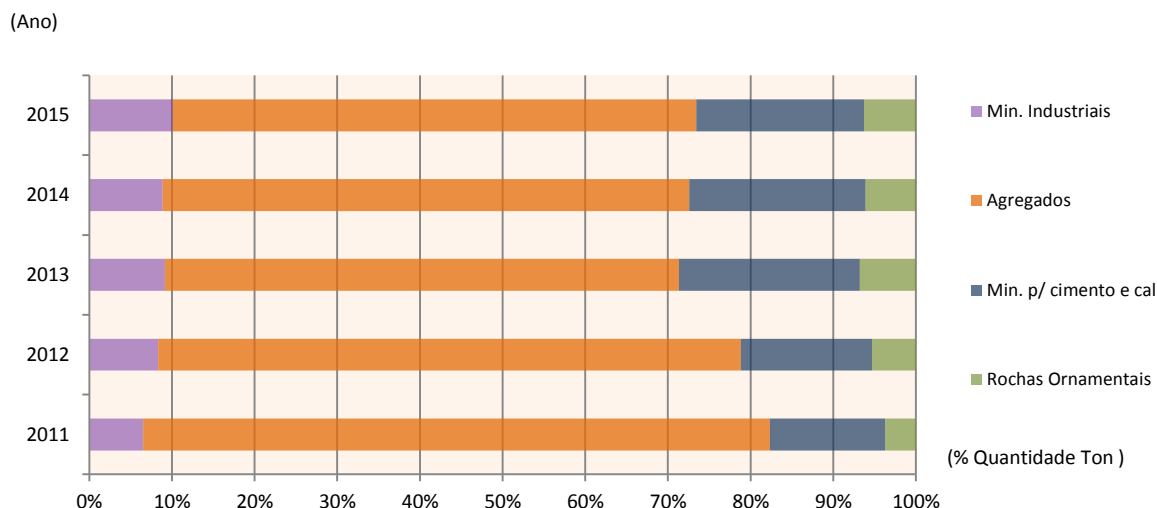
VALOR DE PRODUÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS POR REGIÃO, EM EUROS



PRODUÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS POR REGIÃO, EM TONELADAS

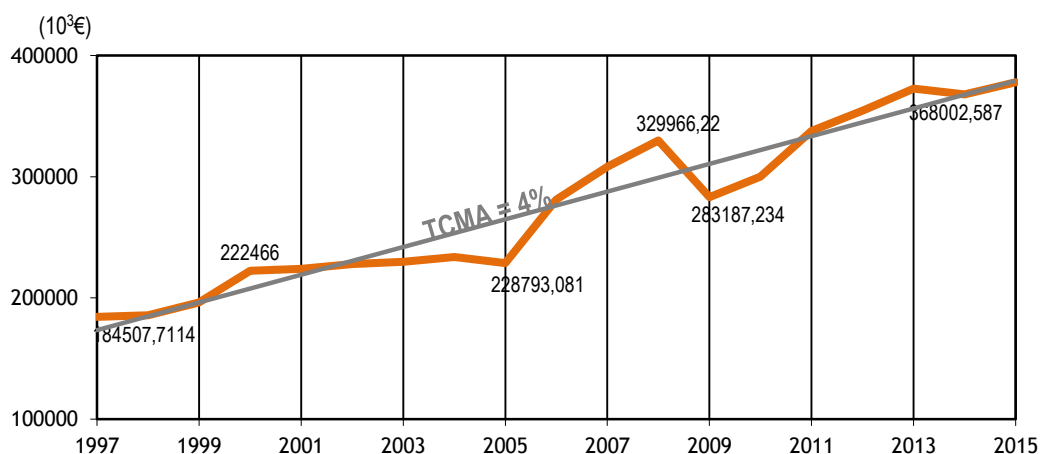


As rochas industriais (calcários, granitos, areias, argilas, etc) destinam-se a fornecer as matérias-primas necessárias a várias atividades industriais como sejam o fabrico de cimento, cal, papel, vidro, tijolo, telha, e inertes para a construção civil e obras públicas, gráfico abaixo.

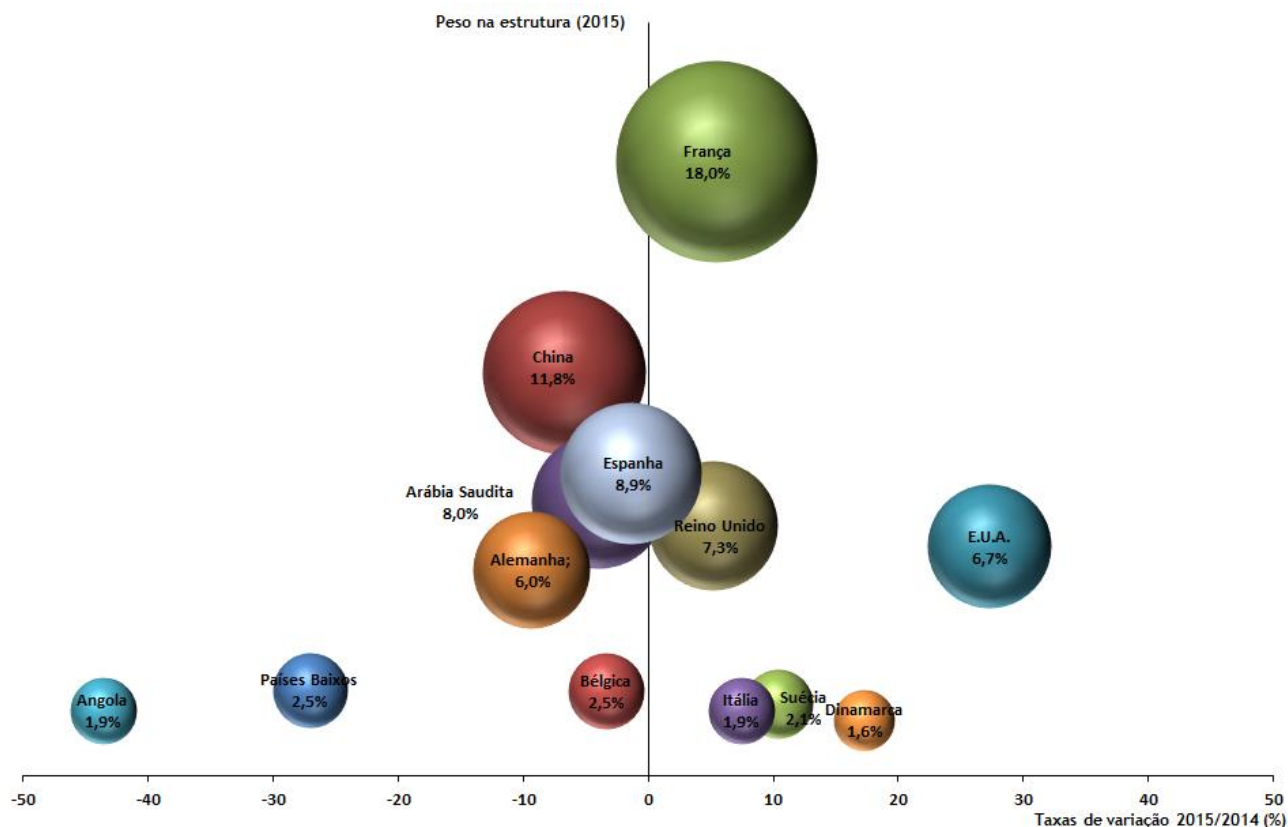


Durante os últimos anos assistiu-se ao declínio da construção civil e consequentemente à diminuição da produção de agregados com consequente estabilização da procura face à oferta existente.

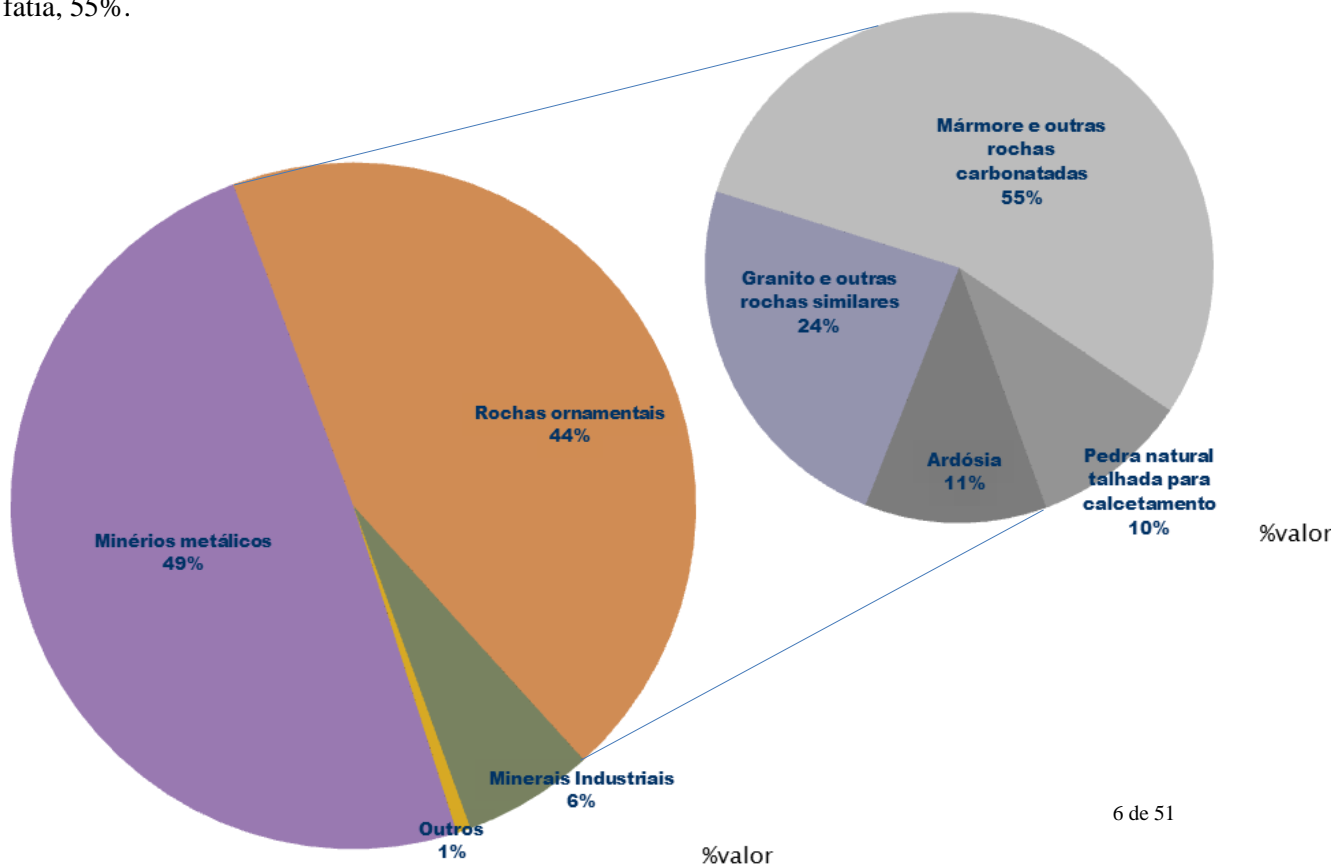
Quanto às rochas ornamentais (mármore, granito, calcários sedimentares, etc.) vendidas em bloco ou transformadas, para aplicação nomeadamente em pavimentos e revestimentos, construção civil, decoração, arte fúnebre, o valor das exportações continua a registar uma tendência crescente com uma taxa média anual de 4%, o que tem dinamizado a procura de novos núcleos de exploração para obter novas tipologias de rochas, bem como para criar alternativas ao esgotamento eminente das reservas de algumas pedreiras existentes, gráfico seguinte.



Os principais países de destino das rochas ornamentais nacionais, por ordem crescente de importância são: França, China, Espanha, Arábia Saudita, Reino Unido, Estados Unidos da América e Alemanha, gráfico seguinte.

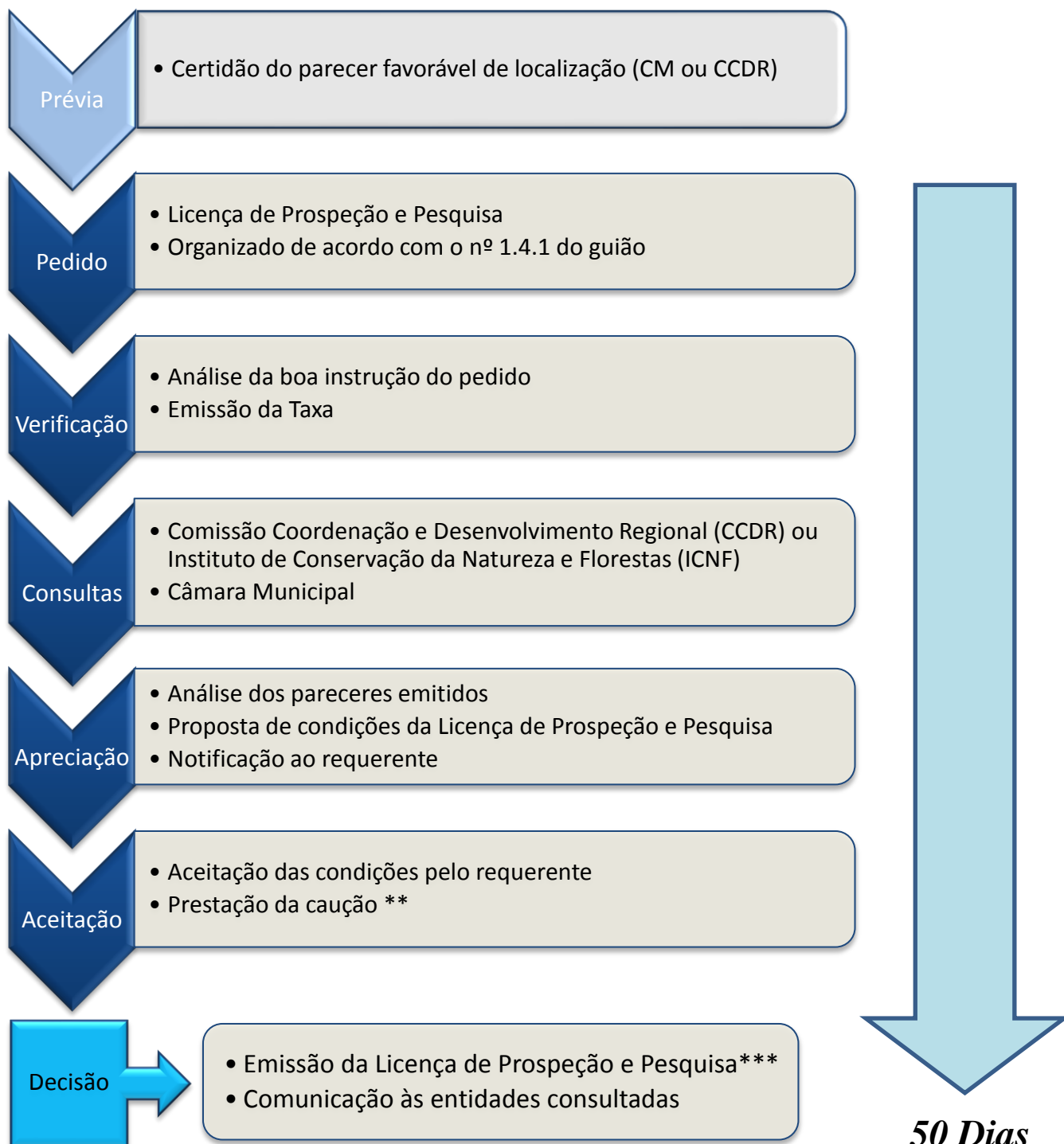


No total do valor de exportação nacional de 2015 da indústria extrativa, cerca de 900 milhões de euros, verifica-se, gráfico abaixo, que as rochas ornamentais ocupam um papel importante sendo responsáveis por 44% desse valor representando o mármore e outras rochas carbonatadas a maior fatia, 55%.



1 – ACESSO À ATIVIDADE DE PROSPEÇÃO E PESQUISA E/OU EXPLORAÇÃO DE MASSAS MINERAIS

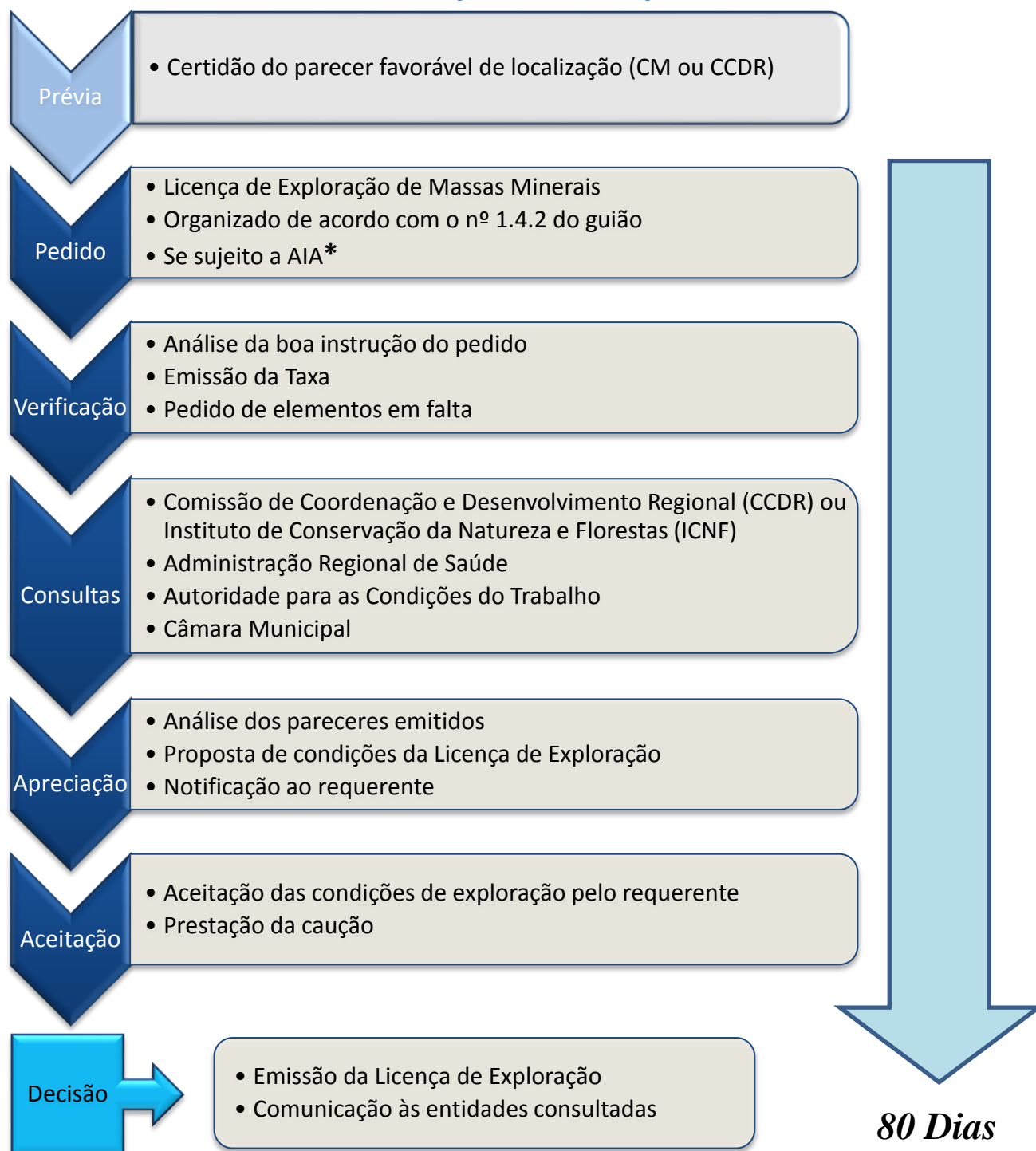
PEDIDO DE LICENÇA DE PROSPEÇÃO E PESQUISA



** Nos pedidos de licença de prospeção e pesquisa se estiver prevista a abertura de frentes de desmonte.

*** A validade da licença é de um ano, prorrogável por uma única vez e por igual período.

PEDIDO DE LICENÇA DE EXPLORAÇÃO



* Nos pedidos de licença de exploração sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), os Estudos de Impacte Ambiental (EIA) são remetidos à Autoridade de AIA para avaliação e emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA).

1.1– Requisitos de Localização

- As licenças de prospeção e pesquisa ou de exploração de massas minerais, só podem ser atribuídas com prévio parecer favorável de localização.



Foto 1- Pedreira de mármore, Vila Viçosa

- Excetuam-se os pedidos de atribuição de licença relativos a projetos, sujeitos ao regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), os quais, em caso de declaração de impacte ambiental (DIA) favorável ou favorável condicionada, não carecem da apresentação de certidão de localização na instrução do pedido de licença, nos termos do estipulado no nº 3 do artigo 9º da *lei de pedreiras*.

- O parecer de localização é emitido pela entidade competente para a aprovação do plano ambiental e de recuperação paisagística (comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) ou Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), ou pela câmara municipal territorialmente competente, neste último caso quando a área objeto do pedido esteja inserida em área cativa, área de reserva, ou em espaço para indústria extrativa constante do respetivo plano diretor municipal (PDM).



Foto 2 – Pedreira de calcário e marga para cimento, Souselas

- O requerimento de parecer de localização será instruído mediante apresentação dos documentos referidos no modelo [\(MOD RG 0\)](#), junto da entidade competente.

- As entidades atrás referidas devem emitir certidão de localização no prazo máximo de 30 dias após a apresentação do pedido de parecer, findo o qual, na falta de resposta, será considerado favorável nos casos em que a área objeto do pedido se situe em área cativa, área de reserva ou em espaço para indústria extrativa como tal classificado no respetivo PDM.

- A certidão de localização cessa os seus efeitos com o indeferimento do pedido de atribuição de licença ou no prazo de dois anos a contar da data da respetiva emissão sem que tenha sido requerida a atribuição da licença correspondente.

- Importa ainda referir as seguintes situações de dispensa de prévia autorização de localização:

- No procedimento de fusão de pedreiras contíguas ou confinantes, a emissão de licença ou aprovação substitutiva das anteriores licenças não consubstancia novo licenciamento nem a pedreira incorporante constitui uma nova pedreira, sendo dispensada a prévia autorização de localização ou acordo do proprietário dos prédios em que se inserem as pedreiras preexistentes e incorporadas. (artigo 36.º da *lei de pedreiras*).
- Se da fusão de pedreiras não se verificar ampliação superior a 30 % relativamente ao conjunto das áreas licenciadas ou uma área final de ampliação superior a 25 ha, ficam os exploradores obrigados a mera comunicação prévia à câmara municipal, que caso não se pronuncie no prazo de 20 dias, tem como efeito considerar-se nada ter a opor à localização, sempre sem prejuízo do cumprimento do regime jurídico de AIA, se aplicável.
- Por fim, sublinhe-se a isenção de certidão de localização em caso de DIA favorável ou favorável condicionado, conforme estipula o n.º 3 do artigo 9.º da *lei de pedreiras*.



Foto 3 – Pedreira de calcário, Figueira da Foz



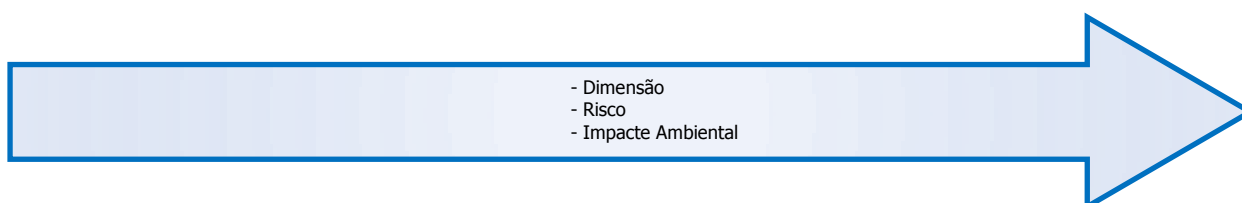
Foto 4 – Pedreira de argila vermelha, barreiro, em Pombal

1.2 – Classificação das pedreiras

As pedreiras são classificadas de 1 a 4 sendo de relevar o critério da dimensão, do risco e do impacto ambiental:

- São de classe 1 as pedreiras que tenham uma área igual ou superior a 25 hectares;
- São de classe 2 as pedreiras subterrâneas ou mistas e as que, sendo a céu aberto, tenham uma área inferior a 25 hectares e excedam qualquer dos seguintes limites:
 - Área de 5 ha,
 - Profundidade de escavação de 10 m,
 - Produção anual de 150.000 t,
 - 15 trabalhadores,
 - Utilização anual de 2.000 kg de explosivos no método de desmonte;
- São de classe 3 as pedreiras a céu aberto que não excedam nenhum dos limites acima referidos;
- São de classe 4 as pedreiras de calçada e de laje se enquadradas na definição e limites da classe 3.

Classes de Pedreiras			
4	3	2	1
Pedreiras de calçada e laje se enquadradas nos limites das pedreiras de classe 3	Pedreiras a céu aberto que recorram à utilização, de explosivos até 2 000 kg/ano no método de desmonte e que não excedam nenhum dos seguintes limites: a) Área \leq 5 ha; b) Profundidade de escavação \leq 10 m; c) Produção \leq 150 000 t/ano; d) Número de trabalhadores \leq 15.	Pedreiras subterrâneas ou mistas e as que, sendo a céu aberto, tenham uma área inferior a 25 ha, excedam qualquer dos limites estabelecidos nas alíneas a), b), c) e d) da classe 3 ou recorram à utilização, por ano, de mais de 2 000 kg de explosivos no método de desmonte	pedreiras que tenham uma área igual ou superior a 25 ha



1.3 - Entidades competentes para a atribuição de licença (licença de pesquisa ou de exploração)

- A atribuição da **licença de pesquisa** é da competência da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG).

- A atribuição da **licença de exploração** é da competência:

- Da **Câmara Municipal**, quando se trate de pedreiras que não se situem em áreas cativas ou de reservas e de pedreiras das classes 3 e 4, ou seja, a céu aberto e não seja excedido nenhum dos seguintes limites:

- Área de 5 ha,
- Profundidade de escavação de 10 m,
- Produção anual de 150 000 t,
- 15 trabalhadores,
- Utilização anual até 2 000 kg de explosivos no método de desmonte;



Foto 5 – Pedreira de calcário para pó, Rio Maior

- Da **DGEG**, quando se trate de pedreiras das classes 1 e 2, ou seja:

- Explorações a céu aberto em que seja excedido qualquer um dos limites acima referidos;
- Explorações subterrâneas ou mistas;
- Todas as explorações situadas em áreas cativas ou de reserva.

- Independentemente das competências de licenciamento previstas nos números anteriores, compete à DGEG decidir, com caráter vinculativo para a entidade licenciadora, sobre o plano de lavra (PL) e à CCDR ou ao ICNF sobre o plano ambiental e de recuperação paisagística (PARP).



Foto 6 – Pedreira de gesso, Óbidos

- Quando as áreas a licenciar pela DGEG abranjam mais de uma entidade territorialmente competente, no procedimento deve ser solicitada a pronúncia dessas entidades.

- A decisão sobre o deferimento ou o indeferimento do pedido de licença de exploração das pedreiras da classe 1 está sujeita à homologação do ministro que tutela a área da economia.



Foto 7 – Pedreira de calcário ornamental, Fátima

1.4 – Pedidos de Licenciamento de Massas Minerais

Os pedidos de licenciamento de explorações de massas minerais, conduzem à obtenção das respetivas licenças (pesquisa ou exploração) que são os títulos que legitimam o seu titular para o desenvolvimento da atividade extrativa.



Foto 8 – Pedreira de calcário para cimento, Alhandra

1.4.1 - Licença de pesquisa

- A licença de pesquisa, tem como objetivo permitir ao explorador efetuar estudos e trabalhos, anteriores à fase da exploração, que têm como fim o dimensionamento, a determinação das características e a avaliação do interesse económico do aproveitamento da massa mineral em questão.

- Os trabalhos de campo serão sempre realizados tendo em consideração o princípio das melhores técnicas disponíveis (MTD) e de entre as metodologias a utilizar deverão ser sempre usadas aquelas que minimizem os impactos ambientais.

- Os trabalhos de campo, compreendem :

I) Atividades de carácter geral:

- a) Reconhecimento geológico de superfície;
- b) Levantamentos geofísicos;
- c) Realização de sondagens mecânicas ou sanjas (com dimensão até 30 m de comprimento, 6 m de profundidade e 1 m de largura na base da sanja), sem prejuízo dos requisitos de segurança;
- d) Colheita de amostras para ensaios laboratoriais ou semi-industriais (volume de amostra até 10 t);

II) Atividades de carácter excecional, apenas aplicáveis caso as previamente enumeradas sejam tecnicamente inviáveis para obter os resultados pretendidos com a pesquisa e quando esteja em causa a pesquisa de rochas ornamentais ou industriais, abertura de uma frente de desmonte (ou de duas frentes perpendiculares) com a dimensão máxima de 5 m de altura, 10 m de comprimento e 10 m de largura.

- A licença de pesquisa **não autoriza o seu titular a alienar ou vender** as substâncias minerais extraídas, sem prejuízo da realização de análises, ensaios laboratoriais e semi-industriais e testes de mercado no âmbito da prossecução dos fins inerentes à atividade de pesquisa.



Foto 9 – Pedreira de calcário ornamental, Santarém

1.4.1.1 - Pedido de licenciamento para pesquisa

- O requerente de uma licença de pesquisa deve apresentar à DGEG, ([MOD RG 1](#)) em duplicado e igualmente em suporte digital, os seguintes documentos:

- a) Certidão de parecer favorável de localização referida no nº 1.1 deste guião;
- b) Título comprovativo da propriedade do prédio ou certidão do contrato de pesquisa e exploração quando o explorador não for o proprietário;
- c) Requerimento que contenha a identificação completa do requerente e seu endereço, indicação das substâncias que pretende ver abrangidas pela licença, localização da área pretendida e seus limites em coordenadas retangulares planas, do atual sistema - Referência PT-TM06/ETRS89;
- d) Programa de trabalhos de pesquisa indicando os estudos e trabalhos a desenvolver, sua fundamentação, técnicas a utilizar, plantas e cortes detalhados dos trabalhos de campo projetados e da situação pós-operacional, identificando a solução de recuperação topográfica das zonas alvo de trabalhos;
- e) Planta de localização à escala de 1:25 000 com a implantação dos limites da área de pesquisa;
- f) Planta cadastral à escala de 1:2 000, ou outra eventualmente existente, com implantação dos limites da área de pesquisa, limites dos prédios abrangidos e confinantes.

- Reunidas as condições para a atribuição da licença, a DGEG aprecia o pedido, proferindo decisão ou, se for caso disso, projeto de decisão em cujos termos defere ou indefere o pedido de licença.

- A falta de resposta no prazo previsto equivale à emissão de decisão favorável, sem prejuízo de poderem ser impostas pela DGEG, no prazo de 30 dias, condições técnicas consideradas adequadas.

- Quando a DGEG pretenda impor condições, nomeadamente a apresentação de caução a que se refere o artigo 52.º da *lei de pedreiras*, notifica o requerente para, no prazo de 10 dias, aceitar por escrito as condições da mesma e a caução e o respetivo montante, que deve ser prestada dentro do prazo fixado, o qual não pode ser superior a três meses.

- A decisão será notificada ao requerente e comunicada, pela DGEG, às entidades consultadas.



Foto 10 – Pedreira de argila, em Leiria

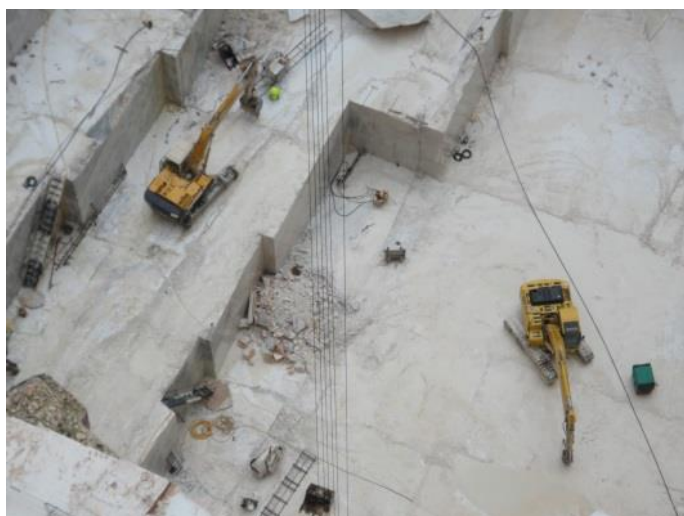


Foto 11 – Pedreira de mármore, em Vila Viçosa

1.4.1.2 – Prazos para a licença de pesquisa

- A licença de pesquisa é válida pelo prazo inicial máximo de um ano contado da data da sua atribuição.

1.4.1.3 – Validade da licença de pesquisa, prorrogação da licença de pesquisa

- O pedido de prorrogação deverá ser apresentado junto da DGEG ([MOD RG 1](#)), com a antecedência de 30 dias relativamente ao termo da licença, e vir acompanhado dos seguintes elementos:

- a) Relatório descrevendo sumariamente os trabalhos realizados, encerrados, recuperados e resultados alcançados;
- b) Plano sumário dos trabalhos previstos para o período da prorrogação contendo os seguintes elementos:
 - Estudos e trabalhos a desenvolver, e sua fundamentação;
 - Técnicas a utilizar;
 - Plantas e cortes detalhados dos trabalhos de campo projetados e da situação pós-operacional;
 - Solução de recuperação topográfica das zonas alvo de trabalhos;

- Reunidas as condições para proferir a decisão a DGEG notifica o requerente e dá conhecimento à entidade competente para a aprovação do PARP e à Câmara Municipal competente do pedido de prorrogação e do seu deferimento ou indeferimento.

- A licença de pesquisa só pode ser prorrogada por uma única vez e por igual período.

1.4.2 - Licença de exploração

- A licença de exploração é o título que legitima o seu titular, explorador, a explorar uma determinada pedreira, isto é extrair a massa mineral de acordo com o plano de pedreira aprovado nos termos da *lei de pedreiras* e das condições da licença.



Foto 12 – Pedreira de mármore, em Vila Viçosa

1.4.2.1 - Pedido de licenciamento para exploração

- O requerente de uma licença de exploração deve apresentar à entidade licenciadora, em duplicado e igualmente em suporte digital, os seguintes documentos:

a) **Documentos administrativos:**

- i) Requerimento de acordo com as minutas do anexo IV deste diploma; [\(MOD RG 2\)](#)
- ii) Certidão do parecer favorável de localização quando exigível nos termos previstos no artigo 9.º deste diploma;
- iii) Título comprovativo da propriedade do prédio ou certidão do contrato quando o explorador não for o proprietário;
- iv) Termo de responsabilidade do responsável técnico pelo plano de pedreira de acordo com as minutas do anexo V deste diploma; [\(MOD RG 5\)](#)

- v) Estudo de impacto ambiental ou DIA favorável ou favorável condicionada, no caso de explorações sujeitas a avaliação de impacto ambiental;
- vi) Planta de localização à escala de 1:25 000 com indicação dos acessos ao local, abrangendo um raio de 2 km;
- vii) Planta cadastral à escala de 1:2 000, ou outra eventualmente existente, à escala adequada, com implantação da pedreira e indicação dos limites da propriedade, dos confinantes e dos acessos ao local, bem como das servidões existentes;
- viii) Planta topográfica georreferenciada com escala adequada à dimensão da pedreira, preferencialmente de 1:500 ou de 1:1 000, indicando a localização dos anexos de pedreira quando eles estejam previstos;



Foto 13 – Pedreira de calcário ornamental, Rio Maior

b) Justificação sumária de viabilidade económica;

c) Documentos técnicos relativos ao plano de pedreira.

- O requerente poderá não apresentar, com sujeição à aceitação das entidades competentes para a aprovação do plano de lavra e do plano ambiental e de recuperação paisagística, um ou mais dos elementos técnicos exigidos, baseando-se nas características da pedreira que pretende licenciar e desde que justifique devidamente que tais elementos não são necessários para a execução do plano de pedreira.

Aplica-se este mesmo procedimento com as necessárias adaptações aos pedidos de licenciamento de ampliações de pedreiras.



Foto 14 – Calcário para britas, Fátima

1.4.2.2 – Atribuição da licença de exploração, procedimentos e prazos

- Reunidas as condições para a atribuição da licença, a entidade licenciadora notifica o requerente para, no prazo de 20 dias, aceitar por escrito as condições da mesma e prestar a caução no respetivo montante, dentro do prazo fixado, o qual não pode ser superior a seis meses. A caução a prestar a favor da entidade que aprova o PARP, destina-se a garantir o cumprimento das obrigações legais impostas pela licença e diretamente relacionadas com o PARP.

- O requerente comprova perante a entidade licenciadora que a caução foi prestada e em que termos, de acordo com o disposto no artigo 52.º da *lei de pedreiras*.



Foto 15 – Calcário ornamental, Alcobaça

- A entidade licenciadora notifica o requerente da atribuição da licença, acompanhada de um exemplar do plano de pedreira aprovado, e da solicitação para entrega, no prazo de 180 dias, do respetivo programa trienal, com conhecimento à câmara municipal ou à DGEG, consoante o caso, e à entidade competente pela aprovação do PARP (CCDR ou ICNF).

- A falta de aceitação ou a falta de prestação da caução em tempo equivalem à recusa da licença por parte do requerente.

- Sem prejuízo do disposto no número anterior, um pedido devidamente instruído de licença de exploração formulado ao abrigo de licença de pesquisa só pode ser indeferido no caso de não ser aprovado o plano de pedreira.



Foto 16 – Pedreira de calcário, ornamental e industrial, Lourinhã

1.4.2.3 - Caução para garantia de execução do PARP

As cauções a prestar pelos titulares das licenças, são garantias destinadas a executar a recuperação e revitalização paisagística dos locais onde foram efetuados trabalhos de pesquisa ou exploração de massas minerais, minimizando os efeitos permanentes originados na paisagem.

- A entidade licenciadora exige ao titular da licença de pesquisa quando pretenda abrir frentes de desmonte ou ao titular da licença de exploração a prestação de caução a favor da entidade que aprova o PARP (CCDR ou ICNF), destinada a garantir o cumprimento das obrigações legais derivadas da licença e relativas ao PARP.



Foto 17 – Pedreira de basalto recuperada, Rio Maior

- O montante da caução a aplicar no âmbito do processo de licenciamento da exploração será calculado, pela entidade responsável pela aprovação do PARP (CCDR ou ICNF), mediante a aplicação de uma das fórmulas de cálculo previstas no n.º 5 do artigo 52º da *lei de pedreiras* e entregue à entidade competente que procedeu à aprovação do PARP.

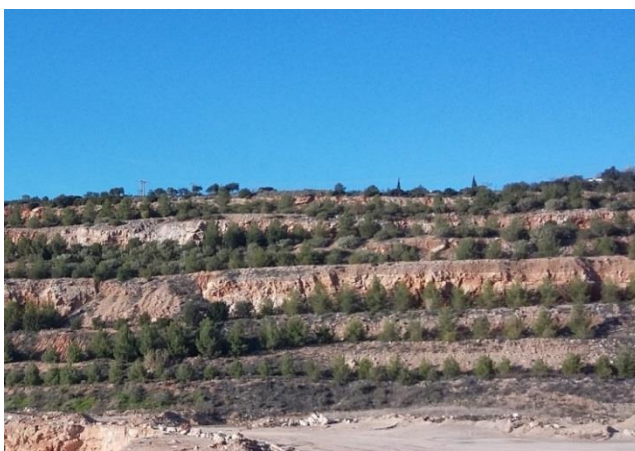


Foto 18 – Pedreira de calcário, área recuperada, Loulé

- Quando o valor apurado exceda € 250 000, é concedido ao explorador um prazo de três anos para a prestação do valor remanescente e integral da caução.

- Consoante o tipo de massa mineral em exploração, as particularidades do PARP e a tipologia da pedreira, o valor da caução será encontrado de acordo com um dos três métodos apresentados.



Foto 19 – Pedreira de gesso recuperada, Loulé

1.4.2.4 - Responsável técnico da pedreira

O responsável técnico da pedreira, é o interlocutor nos aspetos técnicos da exploração pelo que deve ser assegurada por pessoa que possua formação superior em especialidade adequada, reconhecida pela DGEG.

Entende-se por especialidade adequada a detenção de curso superior cujo plano curricular envolva as áreas da Engenharia de Minas, Geológica ou Geotécnica e ainda a detenção de outros cursos superiores de áreas técnicas afins desde que complementados por formação técnica específica adicional ou experiência operacional devidamente comprovada e nunca inferior a cinco anos técnica



Foto 20 – Pedreira de calcário ornamental, Porto de Mós

O responsável técnico da pedreira **responde solidariamente com o explorador pela execução do plano de pedreira aprovado independentemente de o haver subscrito.**

Caso seja necessária a utilização de explosivos para explorar a pedreira, o responsável técnico deve ter formação específica nessa área.

A não ser que as pedreiras estejam concentradas na mesma empresa, nenhum responsável técnico pode ter a seu cargo mais de três da classe 1 ou nove da classe 2, sendo que uma pedreira da classe 1 corresponde, para este efeito, a três da classe 2.

- O responsável técnico deve ter formação na área de explosivos caso seja necessário a sua utilização na exploração da pedreira.

- Nas pedreiras das classes 3 e 4, a responsabilidade técnica pode ser assegurada por uma pessoa com idoneidade reconhecida pela entidade licenciadora e com, pelo menos, cinco anos de experiência no sector, exceto quando ocorra um projeto integrado em que deve ser proposto um responsável técnico com especialidade adequada.



Foto 21 – Pedreira de sienito ornamental, Monchique

2 - EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO

2.1 – Condições de segurança

2.1.1 – Sinalização de segurança



Fotos 22 e 23 – Placas identificadoras, colocadas na entrada das pedreiras

- Enquanto durar a exploração é obrigatória a instalação de uma placa identificadora da pedreira e da empresa exploradora, data do licenciamento e entidade licenciadora, bem como de sinalização adequada, anunciando a aproximação dos trabalhos.

- Os limites da área licenciada de uma pedreira devem estar devidamente sinalizados e, sempre que possível, vedada a área circunscrita à pedreira.

- As bordaduras da escavação onde tenham finalizado os trabalhos de avanço do desmonte devem obrigatoriamente ser protegidas por vedação de características adequadas às condições próprias do lugar.

- A utilização de pólvora e explosivos implica obrigatoriamente a prévia sinalização sonora e visual bem como a proteção dos acessos aos locais onde possam ocorrer riscos.



Foto 25 – Sinalização de segurança

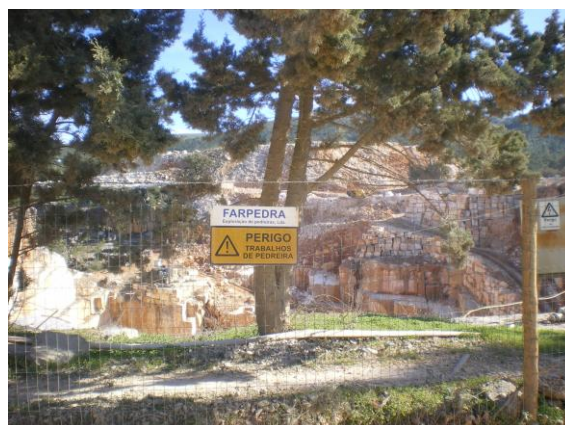


Foto 24 – Sinalização de segurança e vedação

2.1.2 – Segurança e condições de exploração

A entidade licenciadora pode ordenar a execução de trabalhos ou medidas destinadas à garantia da segurança nas explorações. Aos exploradores de pedreiras e aos responsáveis técnicos da exploração compete tomarem as providências adequadas para garantia de segurança dos trabalhadores, de acordo com as prescrições regulamentares em vigor sobre esta matéria, de terceiros e a preservação de bens que possam ser afetados pela exploração.



Foto 26 – Proteções nas frentes de desmonte, pedreira de rocha ornamental

Os exploradores de pedreiras e os responsáveis técnicos da exploração são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados por falta de aplicação das regras da arte na execução dos trabalhos de exploração, sem prejuízo do disposto em matéria de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

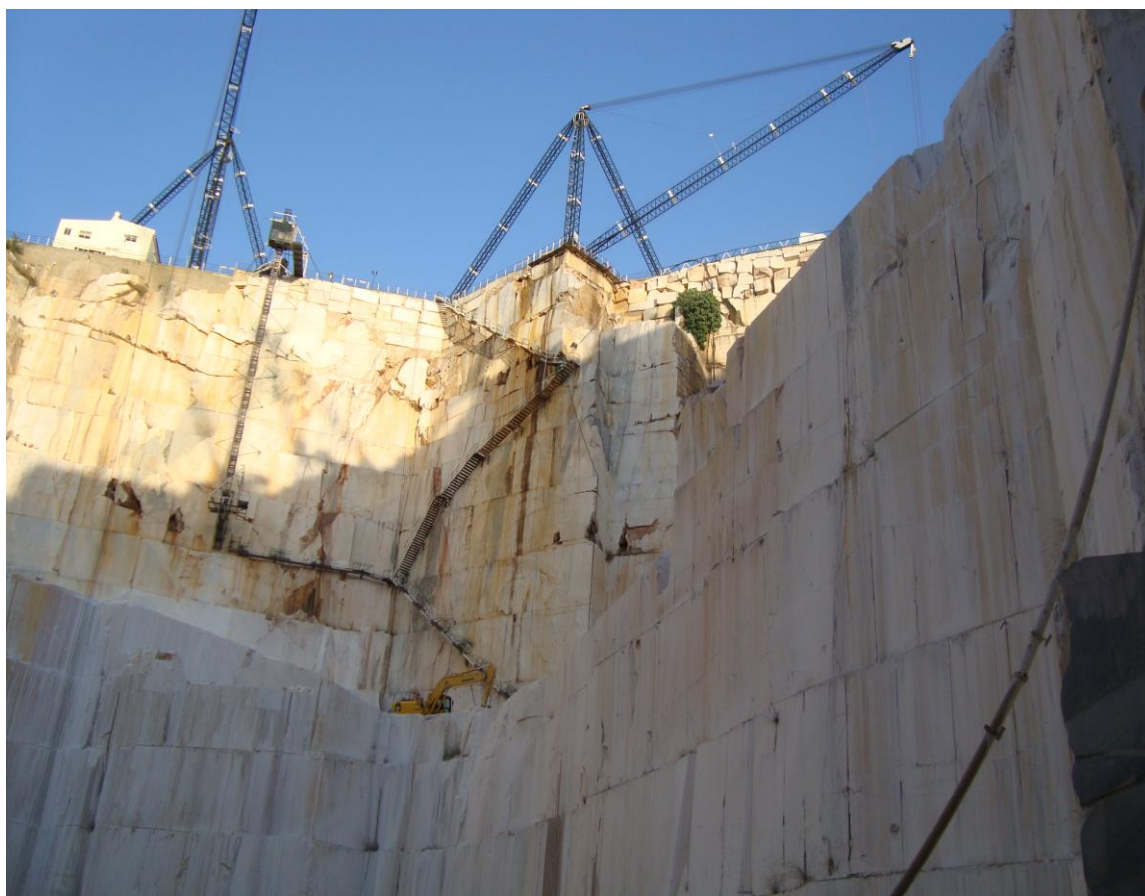


Foto 27 – Corta de exploração em profundidade, Vila Viçosa

2.1.3 - Acidentes

Sem prejuízo do disposto na legislação relativa a acidentes de trabalho, sempre que ocorra qualquer acidente numa pedreira do qual resultem mortes, ferimentos graves ou danos materiais vultosos ou que ponha em perigo a segurança de pessoas e bens, o explorador, ou quem o represente no local, conforme estabelece o artigo 58.º da *lei de pedreiras*, é obrigado a dar conhecimento à DGEG, à Autoridade das Condições de Trabalho (ACT) e bem assim, à autoridade municipal ou policial mais próximas a fim de serem tomadas desde logo as providências que o caso reclamar.



Foto 28 – Pedreira de granito ornamental, Pinhel

Para a comunicação acima referida, o explorador ou o seu representante conjuntamente com o responsável técnico, deverão descrever pormenorizadamente o trabalho ou trabalhos que se estavam a realizar no momento do acidente e as suas possíveis causas.

Da análise das circunstâncias e possíveis causas, deverão ser adotadas as medidas adequadas de modo a serem evitadas novas ocorrências de acidentes.

2.1.4 – Boas práticas / Boas regras de execução

Nas explorações a céu aberto é obrigatório:

- que o desmonte se faça em degraus direitos e de cima para baixo, salvo se as entidades competentes aceitarem que se faça de outro modo;
- que sejam retiradas previamente as terras de cobertura para uma distância conveniente do bordo superior da bordadura da escavação, devendo encontrar-se sempre isenta de terras uma faixa com a largura mínima de 2 m, circundando e limitando o referido bordo da área da escavação.



Foto 29 – Blocos como barreira física de proteção

Estipula ainda o dever de submissão a prévia autorização pela DGEG:

- da execução de solinhos e outros trabalhos subterrâneos desenvolvidos em explorações a céu aberto;
- a execução de trabalhos com utilização de explosivos em tiros horizontais ou sub-horizontais em pedreiras de rochas industriais.



Foto 30 – Pedreira de calcário para produção de britas, Fátima

Na exploração de massas minerais, podem eventualmente decorrer impactes negativos para o ambiente e ou terceiros como sejam o ruído, as poeiras, as lamas, a degradação do piso das estradas, o impacto visual, etc. pelo que nessas situações devem ser implementadas pelos exploradores medidas mitigadoras e minimizadoras dos inconvenientes da exploração, como por exemplo:

- Rega dos acessos;
- Humidificação e/ou encapsulamento das fontes geradoras de poeiras;
- Minimização da ação do vento, utilização de quebra ventos;
- Acessos descentrados que diminuam a visibilidade para o interior;
- Implantação de cortinas arbóreas e/ou arbustivas;
- Rede de drenagem das águas pluviais que evite arrastamento de sólidos;
- Tratamento dos efluentes líquidos;
- Redução da queda de altura do material;
- Lavagem dos rodados dos camiões;
- Cargas bem acondicionadas;
- Implantação de barreiras acústicas;
- Velocidade de circulação baixa;
- Circuitos de circulação bem definidos;
- Boa manutenção do equipamento;
- Encapsulamento de motores e geradores;
- Tratamento e gestão dos resíduos gerados (pneus, óleos, baterias, sucatas, etc.).



Foto 31 - Pedreira de argila, Águeda

2.1.5 – Zonas de defesa

Salvo legislação específica em contrário, as zonas de defesa devem ter as seguintes distâncias, constantes do anexo II da *lei de pedreiras*, medidas a partir da bordadura da escavação ou de outro elemento integrante da pedreira mais próximo do objeto a proteger:



Foto 32 – Pedreira de areia, Figueira da Foz

Objetos a proteger	Distância de proteção (metros)
Prédios rústicos vizinhos, murados ou não	10
Caminhos públicos	15
Conduitas de fluidos	20
Postes elétricos de baixa tensão	20
Linhas aéreas de telecomunicações telefónicas não integradas na exploração/linhas de telecomunicações e teleférico/cabos subterrâneos elétricos e de telecomunicações	20
Linhas férreas	50
Pontes	30
Rios navegáveis e canais/nascentes de águas, cursos de água de regime permanente e canais	50
Cursos de água não navegáveis e de regime não permanente.....	10
Postes elétricos aéreos de média e alta tensão, postos elétricos de transformação ou de telecomunicações	30
Edifícios não especificados e não localizados em pedreira e locais de uso público	50
Nascentes ou captações de água	50
Estradas nacionais ou municipais	50
Autoestradas e estradas internacionais	70
Monumentos nacionais, locais classificados de valor turístico, instalações e obras das Forças Armadas e forças e serviços de segurança, escolas e hospitais	100
Locais e zonas classificadas com valor científico ou paisagístico	500

Sem prejuízo dos requisitos de segurança, a largura das zonas de defesa poderá ser alterada, por decisão da DGEG, tendo em conta o racional aproveitamento do recurso, as características da massa mineral, sua estabilidade e localização, profundidade a atingir relativamente ao objeto a proteger, assim como em função da utilização de explosivos.

Sublinhe-se que a inobservância das zonas de defesa constituem contraordenação grave.

Saliente-se que poderão ser aplicadas zonas de defesa definidas em legislação específica regulamentadora de outro tipo de atividades, entre as quais se referem a título de exemplo as seguintes: zonas de defesa a albufeiras, proteção de marcos geodésicos, proteção de captações de água, zonas de proteção a linhas de alta e de muito alta tensão, zonas de proteção a antenas emissoras de ondas hertzianas, etc.

2.2 – Programa trienal, mapas estatísticos e relatórios técnicos

São peças técnicas de entrega obrigatória que permitem avaliar o desenvolvimento dos trabalhos de exploração e o cumprimento dos objetivos tendo em vista o cumprimento do Plano de Pedreira aprovado.

2.2.1 - Programa trienal

O programa trienal é um programa que contém a descrição dos trabalhos de exploração e recuperação paisagística para 3 anos e deve estar de acordo com os objetivos previstos no plano de pedreira aprovado, deve ser entregue trienalmente à entidade licenciadora e o primeiro deve ser entregue no prazo de 180 dias (contados a partir da atribuição da licença de exploração) mesmo que a pedreira não entre logo em laboração. ([MOD RG 12](#))



Foto 34 - Pedreira de granito ornamental, desmonte de uma talhada, Aguiar da Beira

- Trienalmente a caução pode ser parcialmente **liberada**, a pedido do titular da licença com fundamento no grau de cumprimento do PARP ou **reforçado o seu valor**, por imposição da entidade beneficiária, em função do desenvolvimento dos trabalhos de exploração e recuperação efetuados, o que será verificado na respetiva vistoria.

2.2.2 - Mapas estatísticos e relatórios técnicos

- Até ao final do mês de abril de cada ano os exploradores de pedreiras estão obrigados a fornecer à DGEg os elementos estatísticos relativos à produção verificada no ano anterior.

- Para além do mapa estatístico, devem os exploradores enviar à entidade licenciadora, até ao final do mesmo mês, um relatório técnico, elaborado e assinado pelo responsável técnico da exploração, do qual devem constar os elementos bastantes para a apreciação do progresso verificado nos trabalhos desenvolvidos no ano anterior em execução do programa trienal decorrente do plano de pedreira, designadamente a produção alcançada, a mão-de-obra utilizada, os explosivos e a energia consumidos, os óleos diversos e massas de lubrificação consumidos, o estado de execução dos trabalhos de exploração e recuperação e outras especificações.

No sentido de simplificar estes procedimentos, a DGEg disponibiliza no seu *site*, aos exploradores de cada pedreira, um Inquérito Único com vista à submissão desta informação de forma desmaterializada e que é anualmente remetido por email o respetivo *link* de acesso.

- Os exploradores e os responsáveis técnicos da exploração respondem pela exatidão dos elementos facultados.



Foto 31 – Talude de proteção na bordadura da escavação e sinalização

- A DGEG e, a CCDR ou o ICNF, quando o entendam necessário, poderão exigir a apresentação das peças desenhadas complementares do relatório técnico.
- Os titulares da licença de pesquisa devem enviar à DGEG cópia de todos os dados, relatórios técnicos e resultados analíticos obtidos no decurso dos trabalhos realizados.
- Os elementos estatísticos facultados são confidenciais, sem prejuízo da legislação aplicável.



Foto 36 – Pedreira de calcário industrial, Fátima

2.3 – Transmissão da licença

A pesquisa ou exploração de massas minerais só pode ser efetuada pelo explorador, isto é pelo titular da respetiva licença, sendo que a mudança de titularidade do detentor da licença tem que ser efetuada através do procedimento de transmissão nos termos dos pontos seguintes.

2.3.1 - Transmissão da licença de pesquisa

- A transmissão da licença de pesquisa só pode operar-se validamente após autorização da DGEG, pelo que deve o novo explorador requerer ([MOD RG 3](#)) a respetiva autorização de transmissão da licença de pesquisa.
- A transmissão e a perda da licença devem ser comunicadas pela DGEG à entidade competente pela aprovação do PARP e à Câmara Municipal competente.

2.3.2 - Transmissão da licença de exploração

- A transmissão da licença de exploração só pode operar-se validamente a favor de quem tenha adquirido a posição de explorador após autorização da entidade licenciadora, pelo que deve o novo explorador requerer ([MOD RG 3](#)) a respetiva autorização de transmissão da licença de exploração.



Foto 37 – Estaca identificadora de um vértice da poligonal da área da pedreira

- A transmissão e a perda da licença serão comunicadas pela entidade licenciadora à entidade competente pela aprovação do PARP, à Câmara Municipal competente e demais entidades.

- Em caso de morte da pessoa singular ou extinção da pessoa coletiva titular da licença, o transmissário tem que requerer a transmissão da licença junto da entidade licenciadora **no prazo máximo de dois anos**, sem a qual será declarada a caducidade da licença.



Foto 38 – Sinalização de segurança

2.4 - Mudança de responsabilidade técnica

De acordo com o artigo 43.º da *lei de pedreiras* para que seja efetuada uma alteração de responsabilidade técnica, a mesma, deve ser requerida pelo explorador à entidade licenciadora, ([MOD RG 6](#)) acompanhada do respetivo termo de responsabilidade ([MOD RG 5](#)) que integra a lista de pedreiras de que assume responsabilidade, e evidenciando o reconhecimento de especialidade adequada emitida pela DGEG.

O novo responsável técnico deve subscrever o plano de pedreira em vigor e, deste modo, responder pela execução do mesmo.

2.5 - Alteração do regime de licenciamento de pedreira

- Quando o explorador de uma pedreira, tendo obtido a licença de exploração atribuída pela câmara municipal, pretenda efetuar exploração subterrânea ou exceder qualquer um dos seguintes limites:

- Área de 5 ha,
- Profundidade de escavação de 10 m,
- Produção anual de 150 000 t,
- 15 trabalhadores,
- Utilização anual de 2 000 kg de explosivos no método de desmonte;

deverá solicitar a alteração do regime da licença, apresentando o pedido nos termos do artigo 27º da *lei de pedreiras*. ([MOD RG 2](#))

- Para efeitos da obtenção desta licença de exploração, o contrato de exploração manterá inteira adequação.

2.6 - Ampliação de pedreira

Para o licenciamento de ampliações de pedreiras aplica-se o procedimento descrito em 1.4.2 para as Licenças de Exploração, com as necessárias adaptações.

A pedreira ampliada é a mesma pedreira pelo que manterá o número nacional da pedreira inicial.



Foto 39 – Pedreira de calcário, parga de terra vegetal, Albufeira

2.7 - Fusão de pedreiras

Nos termos do artigo 36.º da *lei de pedreiras*, o explorador das pedreiras contíguas ou confinantes caso pretenda fundir a totalidade ou apenas parte da pedreira deve apresentar à entidade licenciadora uma exposição ([MOD RG 9](#)) descrevendo os objetivos e modalidade da pretendida fusão indicando também a entidade que assumirá a titularidade da pedreira incorporante.



Foto 39 – Pedreira de argila, Torres Vedras

Quando da fusão não se verifique ampliação superior a 30% relativamente ao conjunto das áreas licenciadas ou uma área final de ampliação superior a 25 ha, ficam os exploradores obrigados a mera comunicação prévia à câmara municipal e à entidade competente pela aprovação do PARP (CCDR ou ICNF).

Caso estas entidades não se pronunciem no prazo de 20 dias, considera-se que nada têm a opor, sem prejuízo do cumprimento do regime jurídico de AIA, se aplicável de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º151-B/2013 de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º47/2014, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto.

2.8 – Revisão do plano de pedreira

Nos termos do n.º 5 do artigo 41.º da *lei de pedreiras*, o explorador deve promover a revisão do plano de pedreira e sua prévia aprovação pelas entidades competentes sempre que pretenda proceder a alterações do plano de pedreira ([MOD RG 4](#)).

Assim, sempre que pretenda alterar ou atualizar o plano de lavra ou o plano ambiental e de recuperação paisagística, sem ampliação da pedreira, o explorador deve entregar os documentos técnicos relativos ao plano de pedreira previstos na *lei de pedreiras*.



Foto 40 – Pedreira de calcário, Loulé

2.9 – Abandono de pedreira; suspensão de lavra

De acordo com o artigo 50.º da *lei de pedreiras*, uma pedreira considera-se abandonada sempre que o explorador assim o declare à entidade licenciadora ou a sua exploração se encontre interrompida, exceto quando exista motivo justificado e reconhecido pela entidade licenciadora, quando o explorador prova que o período de interrupção é inferior a dois anos contínuos ou quando o explorador obtém prévia autorização da entidade licenciadora para a sua suspensão.

O pedido de autorização de suspensão de exploração ([MOD RG 7](#)) deve ser dirigido à entidade licenciadora, devidamente fundamentado e indicando o período de interrupção pretendida.

Com a declaração de abandono é efetuada a vistoria nos termos n.º 3 do artigo 31.º e na sua sequência são definidas as condições de encerramento.

Após a notificação e a audição das entidades responsáveis pela aprovação de plano de pedreira a entidade licenciadora decide sobre a sua aceitação e respetivas condições comunicando a decisão a todos os intervenientes no procedimento.



Foto 41 – Degraus finais da pedreira, para recuperação paisagística, Sesimbra

Quando existe abandono da pedreira, salvo o disposto no artigo 53.º da *lei de pedreiras*, a entidade responsável pela aprovação do PARP deve utilizar a caução prestada a seu favor por forma a garantir o cumprimento das obrigações legais derivadas da licença mas, não existindo caução, as responsabilidades da recuperação são acometidas ao proprietário do terreno.

2.10 - Desvinculação do explorador e liberação da caução

- Conforme prevê o artigo 53.º da *lei de pedreiras* a caução será liberada quando, após vistoria a requerer pelo explorador à entidade licenciadora, as entidades competentes pela aprovação do plano de pedreira atestem o cumprimento do PARP. A liberação da caução pode ser total ou parcial na proporção do grau de realização do PARP.



Foto 42 – Área de pedreira recuperada, Óbidos

2.11 - Encerramento e recuperação de pedreira

- Quando a exploração é concluída, quando o explorador abandona a exploração ou a licença cessa nos termos da *lei de pedreiras*, deverá proceder-se à recuperação de acordo com o PARP aprovado e, sempre que possível, ir efetuando a recuperação à medida que as frentes de desmonte forem progredindo durante a vida útil da pedreira.

- Quando é terminada a exploração, o industrial deve comunicar à entidade licenciadora a intenção de proceder ao encerramento da pedreira ([MOD RG 12](#)), a qual dá conhecimento às entidades responsáveis pela aprovação do Plano de pedreira.

O explorador deve também comunicar estarem reunidas as condições para a realização da vistoria ([MOD RG 11](#)), após o qual a mesma será efetuada nos termos do artigo 31.º deste mesmo diploma.

2.12 - Cessação dos efeitos jurídicos da licença de pesquisa

A licença de pesquisa cessa por:

- a) Caducidade, no termo do prazo inicial ou da sua prorrogação se concedida;
- b) Renúncia, se o respetivo titular comunicar à DGEG a sua renúncia à licença;
- c) Revogação da DGEG, se o titular não observar o previsto na lei ou os termos e condições da licença

2.13 - Cessação dos efeitos jurídicos da licença de exploração

- De acordo com o artigo 38.º da *lei de pedreiras* os efeitos jurídicos da licença de exploração cessam por caducidade ou por revogação.

- A cessação dos efeitos jurídicos da licença não prejudica as responsabilidades do explorador ou de quem o substitua pela realização de trabalhos de segurança e de recuperação ambiental necessários.



Foto 42 – Pedreira de calcário ornamental, Santarém

2.14 – Caducidade da licença de exploração

- A licença de exploração caduca com a verificação de qualquer dos seguintes factos:

- a) Extinção do contrato;
- b) Abandono da pedreira;
- c) Esgotamento das reservas da pedreira;
- d) Morte da pessoa singular ou extinção da pessoa coletiva titular da licença se a sua transmissão a favor do respetivo sucessor não for requerida no prazo de dois anos.



Foto 43 – Pedreira de calcário Ornamental, desmonte subterrâneo, Rio Maior

- A declaração de caducidade só pode verificar-se após cumprimento do procedimento da desvinculação da caução, prevista no artigo 53.º da *lei de pedreiras*.

- Declarada a caducidade da licença de exploração, a entidade licenciadora comunica tal facto ao explorador e a todas as entidades intervenientes no processo de licenciamento e cadastro.

- O explorador manterá pleno acesso à área para integral cumprimento das obrigações decorrentes da *lei de pedreiras* e da licença em matéria de fecho e recuperação paisagística do sítio, em conformidade com o PARP aprovado.

2.15 – Autorização para o emprego de substâncias explosivas

- A autorização para o emprego de pólvora e explosivos na lavra de pedreiras deve ser obtida nos termos da legislação em vigor, sendo sempre indispensável o parecer favorável da DGEG, sem o qual serão feridas de nulidade quaisquer licenças eventualmente concedidas.

- Para emissão do parecer da DGEG deve o explorador juntar ao processo, requerimento dirigido ao diretor geral da DGEG. ([MOD RG 8](#)).



Foto 44 – Furação para carregamento da pega de fogo em pedreira para produção de britas

- Nos casos em que haja lugar à utilização de explosivos, poderá ser imposto ao explorador, sempre que julgue necessário, o preenchimento dos modelos de registo de rebentamentos, a fim de se poder proceder à avaliação dos efeitos provocados e poderem vir a ser implementadas medidas minimizadoras caso se justifiquem.



Foto 45 – Sequência do rebentamento de uma pega de fogo.

- Independentemente do parecer favorável para utilização de explosivos, a DGEG, por motivos fundamentados de ordem técnica ou de segurança, poderá condicionar o uso dos explosivos e, em casos devidamente justificados, impor procedimentos alternativos.

- No emprego de pólvora e explosivos deve observar-se o disposto na legislação e normas técnicas em vigor, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 376/84, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 474/88, de 22 de dezembro, que aprova o Regulamento sobre o Licenciamento dos Estabelecimentos de Fabrico e de Armazenagem de Produtos Explosivos, o Regulamento sobre o Fabrico, Armazenagem, Comércio e Emprego de Produtos Explosivos e o Regulamento sobre a Fiscalização de Produtos Explosivos;
- Decreto-Lei n.º 162/90, de 22 de maio, que aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras;

- Regulamento de Segurança de Armazenagem de Produtos Explosivos, anexo ao Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 de maio;
- Decreto-Lei n.º 56/2016, de 29 de agosto, que regula a aquisição, posse e utilização das substâncias e misturas, ou substâncias que as contenham, de acordo com o definido no Regulamento (UE) n.º 98/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2013, sobre a comercialização e utilização de precursores de explosivos.

2.16 – Taxas

As taxas são aplicadas pela prática dos atos previstos da *lei de pedreiras* e cujo montante está fixado na Portaria n.º 1083/2008, de 24 de setembro, ou por regulamento municipal, consoante o caso.

O pagamento das taxas é efetuado para a conta bancária aberta para o efeito junto do Tesouro e imputadas as respetivas percentagens, à entidade ou entidades envolvidas nos atos previstos na *lei de pedreiras*.

Salienta-se que no caso das faturas emitidas pela DGEG o pagamento poderá ser feito através de multibanco.



Foto nº 46 - Pedreira de calcário ornamental, Alcobaça

Nota – Todos os modelos referenciados no texto ([MOD RG 0](#)) a ([MOD RG 12](#)) podem ser consultados no site da DGEG e no nº 4 deste Guião

<http://www.dgeg.pt> (Aceder a Áreas setoriais / Minas e Pedreiras / Minutas e Formulários)

3 – PERGUNTAS FREQUENTES / GLOSSÁRIO



O que é uma pedreira?

Pedreira é o conjunto formado por qualquer massa mineral que foi objeto de licenciamento, incluindo instalações necessárias à sua lavra, área de extração e zonas de defesa, depósitos de massas minerais extraídas, estéreis (escombreiras) e terras removidas (pargas) e seus anexos.

A atividade de exploração de uma pedreira é uma atividade industrial que em termos gerais consiste num conjunto de operações de movimentação de terras e/ou rochas, perfuração e desmonte com o objetivo de extrair uma massa mineral (areia, argilas, calcários, granitos e outros), tendo em vista a sua transformação e valorização como matéria-prima industrial ou rocha ornamental.



A movimentação de terras pode ser considerada uma pedreira?

Por vezes surgem dúvidas no que diz respeito ao enquadramento legal de atividades de movimentação de terras e de exploração de pedreiras, uma vez que em determinadas situações, dada a similitude entre as tarefas desenvolvidas, torna-se complexa a sua classificação.

Deste modo considera-se que a movimentação de terras está regra geral associada a obras de aterro e desaterro. Este tipo de operações quando não estão associadas ao objetivo de exploração de massas minerais não é considerado uma pedreira. As operações de movimentação de terras, conforme as características que possuam e objetivos a que se destinam, podem estar sujeitas a licenciamento no âmbito de legislação própria (ex. RJUE – Regime Jurídico de Edificação Urbana, licenciamento de projetos agroflorestais, construção de uma barragem, construção de vias de comunicação, abertura de valas, etc.).



Quem é a entidade licenciadora da minha pedreira?

A entidade licenciadora é a DGEG ou a câmara municipal (CM), conforme a classe da pedreira, exceto nas licenças de pesquisa que é sempre a DGEG.



Para iniciar a de exploração de pedreiras, qual o primeiro passo a desencadear?

Em primeiro lugar deverá verificar se, para o local onde pretende explorar a pedreira, existe compatibilidade entre a atividade extrativa e o(s) respetivo(s) **Instrumento(s) de Gestão Territorial (IGT)**.

De seguida, deverá ser solicitado o parecer favorável de localização à CCDR ou ICNF competente pela aprovação do plano ambiental e de recuperação paisagística (PARP), ou à câmara municipal territorialmente competente, neste último caso quando a área objeto do pedido esteja inserida em área cativa, de reserva, ou em espaço para indústria extrativa constante do respetivo plano diretor municipal (PDM). Só depois de ultrapassada esta fase, deverá dar início à apresentação do pedido de licença de exploração.

Quando a pedreira estiver sujeita a avaliação de impacte ambiental não é necessária a obtenção do parecer favorável de localização.



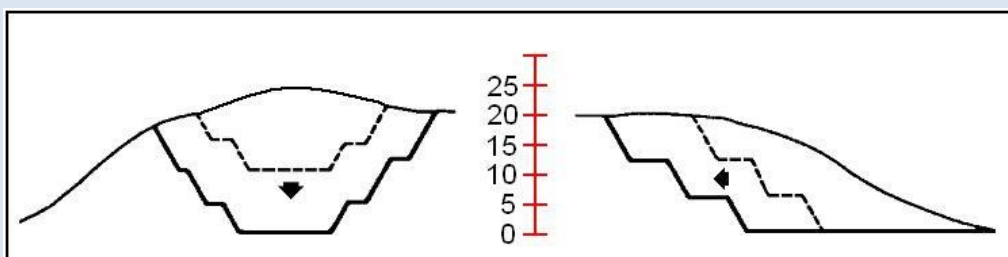
Quando é que o licenciamento de uma pedreira está sujeito a avaliação de impacte ambiental?

Está sujeita ao cumprimento do procedimento de avaliação de impacte ambiental (AIA), previsto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 47/2014 de 24 de março e 179/2015, de 27 de agosto, caso a pedreira a licenciar tenha uma área igual ou superior a 15 ha ou a sua produção anual seja igual ou superior a 200 000 t/ano, ou se em conjunto com as outras unidades similares, num raio de 1 km, ultrapassarem os valores referidos.

No caso da pedreira se localizar numa área sensível e seja inferior a 15 ha e a sua produção anual seja inferior a 200 000 t/ano o seu licenciamento está sempre sujeito a uma prévia análise caso a caso para avaliar se o projeto é, ou não, suscetível de provocar impactes negativos e significativos no ambiente.

? Como calcular o valor da profundidade da escavação que a pedreira vai atingir ? E se a pedreira for em flanco de encosta?

A profundidade das escavações é a diferença de cotas, na área da pedreira destinada à extração, entre a maior cota original do terreno e a menor cota prevista no plano de lavra, medida na vertical, mesmo se a pedreira for em flanco de encosta



? Quais as entidades competentes para a atribuição de licença de pesquisa ou de exploração?

A atribuição da licença de pesquisa é da competência da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG).

A atribuição da licença de exploração é da competência da câmara municipal, quando se trate de pedreiras a céu aberto das classes 3 e 4 e da DGEG, no caso das pedreiras das classes 1 e 2 e pedreiras situadas em áreas cativas ou de reserva.

? Quais os contactos dos Serviços da DGEG com atribuições nos procedimentos referentes a licença de pesquisa ou de exploração?

Os contactos das Unidades Orgânicas da DGEG de acordo com as regiões administrativas são:

e-mail : recursos.geologicos@dgeg.pt

Norte	Divisão de Pedreiras do Norte: Rua Direita do Viso, 120 4269 – 002 Porto Telef.: 226 192 000 Fax: 226 192 199
Centro	Divisão de Pedreiras do Centro: Quinta do Vale das Flores - Rua Câmara Pestana, 74 3030 - 163 Coimbra Telef.: 239 700 200 Fax: 239 405 611

Lisboa e Vale do Tejo	Divisão de Licenciamento e Fiscalização: Av. 5 de Outubro, 208 (Edifício Sta. Maria) 1069 – 203 Lisboa Telef.: 217 922 700 / 800 Fax: 217 939 540
Alentejo	Divisão de Pedreiras do Sul: Zona Industrial de Almeirim, lote 18 7005 - 639 Évora Telef.: 266 750 450 Fax: 266 743 530
Algarve	Divisão de Pedreiras do Sul: Rua Prof. António Pinheiro e Rosa 8000 – 546 Faro Telef.: 289 896 600 Fax: 289 896 691



O que é uma licença de prospeção e pesquisa?

A pesquisa abrange o conjunto de estudos e trabalhos, anteriores à fase de exploração, que têm por fim o dimensionamento, a determinação das características e a avaliação do interesse económico do aproveitamento da massa mineral.

Os trabalhos de campo serão sempre realizados tendo em consideração o princípio das melhores técnicas disponíveis (MTD) e de entre as metodologias a utilizar deverão ser sempre usadas aquelas que minimizem os impactes ambientais

A licença de pesquisa é o título que legitima o seu titular a proceder à atividade de pesquisa, sendo a sua atribuição da competência da DGEG.



Como avaliar se um terreno tem massas minerais com interesse económico rentável?

Se para avaliar se um determinado terreno tem características para aproveitamento rentável das massas minerais existentes, for necessário efetuar trabalhos de pesquisa para evidenciar o seu valor económico, terá que ser requerida uma licença de pesquisa ([MOD RG 1](#)) à DGEG.

Este pedido de licença tem por base um conjunto de estudos e trabalhos que têm por fim o dimensionamento, a determinação das características e a avaliação do interesse económico do aproveitamento das massas minerais, consistindo em trabalhos de campo com o objetivo único de pesquisa, não podendo o proprietário da licença de pesquisa alienar ou vender as substâncias minerais extraídas.



Quais os prazos previstos para atribuição da licença de pesquisa?

A data do recibo emitida na apresentação do pedido devidamente instruído traduz a data para início do procedimento.

Será consultada a entidade competente pela aprovação do PARP (CCDR ou ICNF) e CM, as quais, no prazo de 30 dias, emitem parecer. Caso o parecer não seja emitido neste prazo, o mesmo é considerado favorável. A entidade licenciadora (EL), após este prazo, tem 20 dias para decisão, podendo no prazo de 30 dias impor, mesmo assim, condições técnicas, nomeadamente a prestação da caução num prazo não superior a 3 meses.

A licença de pesquisa é válida pelo prazo máximo de 1 ano, podendo este prazo ser prorrogado por mais 1 ano, se requerido 30 dias antes do seu final. Caso seja solicitada a prorrogação da licença, a EL poderá solicitar, no prazo de 10 dias, esclarecimentos adicionais. O pedido tem-se por tacitamente deferido se a EL não se pronunciar até 10 dias após a data do termo do período inicial da licença, salvo se o pedido incluir frentes de desmonte.

Caso sejam abertas frentes de desmonte será imposta caução e o requerente terá 10 dias para aceitar as condições e o montante da caução.

Os contratos de pesquisa e/ou exploração com os proprietários dos terrenos têm um prazo mínimo de 1 ano para pesquisa e 4 anos para exploração e são renováveis por períodos de igual duração.



Qual a validade da licença de pesquisa? Pode ser prorrogado o seu prazo de validade?

A licença de pesquisa é válida pelo prazo inicial máximo de um ano contado da data da sua atribuição. O titular pode pedir [\(MOD RG 1\)](#), com 30 dias de antecedência (relativamente ao termo da licença), a sua prorrogação por uma única vez e por igual período.



Como se articula a avaliação de impacte ambiental com o licenciamento da pedreira?

O estudo de impacte ambiental (EIA) deverá ser apresentado à entidade licenciadora juntamente com o pedido de licença de exploração.

A tramitação do processo de licenciamento fica suspensa até à data em que a entidade licenciadora tiver conhecimento da declaração de impacte ambiental (DIA). O licenciamento da pedreira contemplará o cumprimento das condicionantes da DIA.



Como devo proceder para licenciar e poder iniciar a exploração da pedreira?

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 27.º da *lei de pedreiras*, o pedido de licença de exploração é iniciado com a apresentação à entidade licenciadora (DGEG ou câmara municipal), de um pedido ([MOD RG 2](#)) composto pelos elementos definidos naquele artigo:

- Documentos administrativos alíneas i) a viii);
- Justificação sumária de viabilidade económica;
- Documentos técnicos relativos ao plano de pedreira.

Reunidas as condições para a atribuição da licença, a entidade licenciadora notifica o requerente para, no prazo de 20 dias, aceitar por escrito as condições da mesma, a caução e o respetivo montante. A caução, que deve ser prestada num prazo não superior a seis meses a favor da entidade que aprova o PARP, destina-se a garantir o cumprimento das obrigações legais da licença e relacionadas com a prestação de garantias para cumprimento do PARP.

A entidade licenciadora notifica o requerente da atribuição da licença, após a prestação e aceitação da caução pela entidade competente (CCDR ou ICNF).



Quais os prazos previstos para atribuição da licença de exploração?

A data do recibo do requerimento com o pedido da licença de exploração traduz a data de início de procedimento para obtenção da licença.

A decisão sobre o pedido de licenciamento é proferida no prazo de 80 dias (úteis), contados a partir da data do recibo, se corretamente instruído.

Caso falem elementos, a entidade licenciadora (EL) solicita, no prazo de 10 dias, os elementos em falta, suspendendo-se os prazos do procedimento.

Após esta análise, não sendo solicitado qualquer pedido de elementos, a EL remete o pedido, no prazo de 20 dias, à entidade competente pela aprovação do PARP (CCDR ou ICNF), que dispõe de 40 dias para decisão sobre os elementos e para indicar o valor da caução. No decurso deste prazo, a EL solicita parecer à CM, à ARS e à ACT, os quais devem ser emitidos no prazo de 20 dias.

As entidades consultadas pela EL podem solicitar, através da EL, elementos adicionais, para apreciação técnica, suspendendo-se os prazos.

Após o prazo para emissão dos pareceres, a EL dispõe de 20 dias para comunicar ao explorador o projeto de decisão.

De notar que para o caso de pedidos de licença sujeitos a AIA, suspende-se este prazo até

obtenção da Declaração de Impacte Ambiental (DIA).

Os prazos limites atrás sublinhados perfazem assim o total de 80 dias.

Para a entidade licenciadora poder emitir a Licença de Exploração, o explorador:

- dispõe de 20 dias para aceitar por escrito as condições da licença;
- deve prestar a caução no prazo estipulado - não superior a 6 meses.



Para que serve a caução? Como é efetuado o cálculo da caução?

A prestação da caução que se destina a garantir o cumprimento das obrigações legais derivadas da licença e previstas no Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP), será exigida pela entidade licenciadora ao titular da licença, de forma a tornar efetiva a responsabilidade da recuperação paisagística.

De acordo com os diplomas legais, compete às CCDR ou ao ICNF aprovar o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística e estabelecer o valor da caução a prestar pelos exploradores, o qual terá em conta o custo total do projeto aprovado para a execução do PARP.

O montante da caução será calculado mediante a aplicação de uma das fórmulas de cálculo previstas no n.º 5 do artigo 52.º da *lei de pedreiras*. Este valor é determinado consoante o tipo de massa mineral em exploração, as particularidades do PARP e a tipologia da pedreira.

a) Caso seja adotada a “**Fórmula das Áreas**” prevista na alínea a) deste n.º 5, importa atender a esta interpretação das definições:

- Atl - área total licenciada;
- Avg - previsão da área licenciada não mexida à data do cumprimento do respetivo programa trienal, ou seja, no final desse triénio que se inicia,
- Arec - previsão da área explorada já recuperada no final desse triénio que se inicia;
- X - valor da caução a calcular;
- Ctrec - custo total do projeto aprovado para a execução do PARP.

b) Caso seja adotada a “**Fórmula dos Volumes**” prevista na alínea b) deste n.º 5, importa atender a esta interpretação das definições:

- Vtex - volume total previsto no plano de lavra para exploração;
- Vex - previsão do volume explorado à data do cumprimento do respetivo programa trienal, ou seja, no final desse triénio que se inicia;
- X - valor da caução a calcular;
- Ctrec - custo total do projeto aprovado para a execução do PARP.



De que forma posso proceder à prestação da caução?

A caução será prestada por qualquer meio idóneo aceite, nomeadamente através de garantia bancária, depósito através de transferência bancária para a entidade responsável pela aprovação do PARP, ou seguro-caução.

No caso de apresentação de garantia bancária, seguro caução ou depósito caução deverá ser previamente consultada a forma e modelo de prestação da mesma junto da entidade beneficiária (CCDR ou ICNF).



Como devo proceder para que seja revisto e atualizado o valor da minha caução?

Trienalmente a caução pode ser parcialmente liberada, a pedido do titular da licença com fundamento no grau de cumprimento do PARP ou reforçado o seu valor, por imposição da entidade beneficiária, em função do desenvolvimento dos trabalhos de exploração e recuperação efetuados, o que será verificado na respetiva vistoria.

O valor da caução poderá ser assim atualizado em função dos valores previstos no Programa Trienal para as áreas mexidas ou para os volumes explorados, de acordo com a fórmula de cálculo aplicável e prevista no n.º 5 do artigo 52.º da *lei de pedreiras*, respetivamente a “Fórmula das Áreas” e a “Fórmula dos Volumes”.



Qual o perfil e o papel do responsável técnico?

O responsável técnico da pedreira responde solidariamente com o explorador pela execução do plano de pedreira aprovado independentemente de o haver subscrito.

A lei define o número máximo de responsabilidades técnicas possíveis de assumir por cada técnico em função das classes das pedreiras, nomeadamente: 3 de classe 1, ou 9 de classe 2, sendo que uma pedreira de classe 1 corresponde para este efeito a 3 de classe 2.

O objetivo do legislador no sentido da limitação do número de responsabilidades técnicas, tem como fim último que seja desempenhado um acompanhamento dos trabalhos de exploração da pedreira de modo mais próximo e regular.

A listagem dos responsáveis técnicos inscritos na DGEG, bem como a respetiva base de apreciação, está disponível no *site* da DGEG.



Que sinalização se deve instalar?

Enquanto durar a exploração é obrigatória a instalação de uma placa com a identificação da pedreira (nome e número), do explorador (denominação e sede), data da atribuição da licença e entidade licenciadora, bem como, em todo o perímetro, sinalização adequada, anunciando a aproximação dos trabalhos.

Os limites da área licenciada de uma pedreira devem estar devidamente sinalizados e, sempre que possível, vedada a área circunscrita à pedreira.

Deve implantar, no terreno, os vértices da poligonal que definem a área da pedreira, com estacas numeradas, conforme a listagem aprovada, tendo obrigatoriamente de ser colocada uma estaca por vértice e caso não sejam visíveis os vértices anterior e posterior, deverão ser colocadas estacas intermédias.

As bordaduras da escavação onde tenham finalizado os trabalhos de avanço do desmonte devem obrigatoriamente ser protegidas por vedação de características adequadas às condições próprias do lugar.

A utilização de pólvora e explosivos implica obrigatoriamente a prévia sinalização sonora e visual bem como a proteção dos acessos aos locais onde possa haver riscos.

Deverá ainda ser colocada toda a sinalização de segurança que se mostre necessária em função dos perigos existentes, bem como a relativa à obrigatoriedade do uso de equipamento de proteção individual (EPT).



A quem compete garantir a segurança da exploração dos trabalhadores e de terceiros (pessoas e bens)?

Compete aos exploradores das pedreiras e aos responsáveis técnicos da exploração tomar as providências adequadas para garantia de segurança dos trabalhadores, de acordo com as prescrições regulamentares em vigor sobre esta matéria, de terceiros e a preservação de bens que possam ser afetados pela exploração.

Os exploradores de pedreiras e os responsáveis técnicos da exploração são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados por falta de aplicação das regras da arte na execução dos trabalhos de exploração, sem prejuízo do disposto em matéria de acidentes de trabalho e doenças profissionais.



Posso reduzir a largura dos degraus na execução da exploração?

Poderá ser autorizada excecionalmente a redução da largura dos degraus no processo de desmonte, desde que previsto no plano de pedreira com objetivos de racional aproveitamento do recurso e desde que seja evidenciada a garantia de segurança dos trabalhadores, de terceiros e a preservação de bens que possam ser afetados pela exploração.



Quais os diplomas que se articulam com o licenciamento em matéria de segurança?

A Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos. O licenciamento de pedreiras deve atender ao estipulado na *lei de pedreiras*, Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro.

As questões relacionadas com a segurança devem atender ao estipulado no Decreto-Lei n.º 162/90, de 22 de maio, que aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras, o Decreto-Lei n.º 324/95, de 29 de novembro e a Portaria n.º 198/96, de 4 de junho, entre outros aplicáveis.



Quais as boas práticas que devo adotar e as regras que devo cumprir no exercício da pesquisa?

O explorador deve delinear e executar os programas de trabalhos de pesquisa segundo critérios de gestão ambiental responsáveis, avaliando, prevenindo e minimizando os impactes que possam ser causados ao solo, flora, águas superficiais e subterrâneas, inteirando-se e cumprindo as leis e regulamentos aplicáveis e cingindo ao mínimo necessário as interferências com a tipologia de uso dominante vertida em planos de ordenamento eficazes.

Os trabalhos de pesquisa que envolvam abertura de frentes de desmonte devem ser executados com respeito das zonas de defesa constantes da *lei de pedreiras*.

Findos os trabalhos de pesquisa, o explorador deve:

- Selar os poços e sanjas, enchendo-os com o material entretanto extraído e depositado e repondo a topografia e o solo em situação equivalente à inicial;
- Selar os furos de sondagem de forma a evitar eventual contaminação de aquíferos.



Como devo proceder após a ocorrência de um acidente de trabalho na pedreira?

Sem prejuízo do disposto na legislação relativa a acidentes de trabalho, quando ocorrer qualquer acidente numa pedreira do qual resultem mortes, ferimentos graves ou danos materiais vultuosos ou que ponha em perigo a segurança de pessoas e bens, o explorador ou quem o represente no local, é obrigado a dar imediato conhecimento à DGEG e à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e, bem assim, à autoridade municipal ou policial mais próxima a fim de poderem ser tomadas desde logo as providências necessárias.

Na comunicação à DGEG o explorador, ou o seu representante, descreverá, pormenorizadamente, o trabalho que se estava a realizar no momento da ocorrência e as possíveis causas do acidente.

A DGEG diligenciará no sentido de visitar o local do acidente o mais rapidamente possível, sempre que possível conjuntamente com a ACT, a fim de proceder à realização do respetivo inquérito, procurando determinar as circunstâncias e as causas do acidente.

Para o efeito, deverão ser ouvidos o explorador ou o seu representante e eventuais testemunhas que deverão descrever, pormenorizadamente, os trabalhos que se estava a realizar no momento da ocorrência e as possíveis causas do acidente.



Pode ser explorada a extrema entre duas pedreiras eliminando a zona de defesa?

A eliminação da zona de defesa entre pedreiras, com o objetivo de maximização da exploração do recurso, pode ser efetuada desde que exista acordo escrito entre os dois exploradores.

Este acordo deve versar sobre a forma da articulação das explorações, tomando em especial atenção as questões de segurança durante as fases de desmonte e faseando as lavras de modo a minimizar os perigos decorrentes de trabalhos em pisos diferentes face aos desníveis entre as pedreiras.



O que são, quando e a quem devem ser entregues os inquéritos únicos (elementos estatísticos e relatório técnico)?

Até ao final do mês de abril de cada ano devem os exploradores de pedreiras enviar à DGEG os elementos estatísticos relativos à produção verificada no ano anterior.

Para além deste mapa estatístico, devem os exploradores enviar à entidade licenciadora, até ao final do mesmo mês, um relatório técnico, elaborado e assinado pelo responsável técnico da exploração, do qual devem constar os elementos bastantes para a apreciação do progresso verificado nos trabalhos desenvolvidos no ano anterior em execução do programa trienal

decorrente do plano de pedreira, designadamente a produção alcançada, a mão-de-obra utilizada, os explosivos e a energia consumidos, os óleos diversos e massas de lubrificação consumidos, o estado de execução dos trabalhos de exploração e recuperação e outras especificações, salvo se existir modelo normalizado de relatório disponibilizado para esse efeito.

No sentido de simplificar estes procedimentos, a DGEG disponibiliza aos exploradores de cada pedreira, no seu *site*, um Inquérito Único com vista à submissão desta informação de forma desmaterializada.



Qual o conceito atribuído às diferentes terminologias de “áreas” empregues na “lei de pedreiras”?

No âmbito do processo de licenciamento, para efeitos do cálculo da caução e das taxas bem como da elaboração dos Programas Trienais e do preenchimento do Inquérito Único com os elementos estatísticos relativos à exploração verificada no ano anterior, deve ser tomada em conta a seguinte interpretação destes conceitos

Terminologia utilizada	Abreviatura	Correspondência /Descrição
Área total licenciada	Atl	Área total licenciada ou a licenciar se for uma pedreira nova
Área licenciada não mexida ou sem intervenção	Avg	Área que ainda não foi mexida nem afeta a anexos. Inclui as zonas de defesa, nomeadamente as suas áreas não utilizadas como anexos.
Área explorada já recuperada	Arec	Área já recuperada de acordo com o PARP aprovado
Área mexida	Amex	Área intervencionada e ainda não recuperada
Área total dos trabalhos de escavação	Aesc	Área prevista para a área de corta ou exploração
Área total afeta aos anexos	Aanex	Inclui todos os anexos, caminhos, instalações sociais, oficinas e aterros, que estejam no interior da área licenciada, inclusivamente nas zonas de defesa

Fórmulas de cálculo a verificar:

$$\mathbf{Atl = Avg + Amex + Arec}$$

$$\mathbf{Amex = Aesc + Aanex}$$



Posso ceder a licença de pesquisa?

A transmissão da licença de pesquisa só pode operar-se validamente após autorização da DGEG, pelo que deve o novo explorador requerer [\(MOD RG 3\)](#) a respetiva autorização de transmissão.



Em que situações pode e deve ocorrer a transmissão de licença?

A transmissão da licença pode ser feita *inter vivos* ou *mortis causa*. A transmissão só pode operar-se validamente a favor de quem tenha adquirido a posição de explorador com autorização da entidade licenciadora. Para o efeito, deve o novo explorador requerer [\(MOD RG 3\)](#) a respetiva autorização de transmissão da licença de exploração.

Para tal, terá o novo explorador que obter o documento notarial de cessão da posição contratual, com acordo do proprietário do terreno.

Esta transmissão será posteriormente comunicada pela entidade licenciadora às outras entidades competentes envolvidas no processo de licenciamento, para efeitos de atualização de cadastros.



Posso vender ou ceder a exploração da minha pedreira sem ser o proprietário do terreno? Como?

O titular de uma licença de exploração de pedreira (explorador) não sendo o proprietário do terreno tem de efetuar um contrato de arrendamento sob a forma de escritura pública com o dono do terreno. Caso pretenda ceder a exploração da pedreira a outro (transmissão da licença), terá o novo explorador que obter o documento notarial de cessão da posição contratual, com acordo do proprietário do terreno.

No entanto, o acordo do proprietário do terreno pode ser dispensado caso o contrato anterior já preveja a possibilidade de novas transmissões da Licença de Exploração, atribuindo esse direito ao seu titular.

De seguida, o novo explorador deve requerer [\(MOD RG 3\)](#) junto da entidade licenciadora, a respetiva autorização de transmissão da licença de exploração.



Posso suspender os trabalhos de exploração por um determinado período?

Sempre que um detentor de Licença de Exploração de pedreira pretenda a suspensão da atividade, por um período superior a dois anos continuados, tem de obter prévia autorização junto da entidade licenciadora, devendo para o efeito apresentar pedido de autorização de suspensão da exploração ([MOD RG 7](#)) devidamente fundamentado e indicar o período de interrupção pretendido, sob pena de poder considerar-se haver abandono da pedreira.



Quando é que uma pedreira é considerada em abandono?

Considera-se uma pedreira em abandono sempre que o explorador assim o declare à entidade licenciadora ou a sua exploração se encontre interrompida, salvo quando: exista motivo justificado e, como tal, reconhecido pela entidade licenciadora; quando o explorador prova que o período de interrupção dos trabalhos é inferior a dois anos continuados; ou quando o mesmo tenha obtido prévia autorização da entidade licenciadora para suspender a exploração.



À medida que vou efetuando a recuperação paisagística, posso-me ir desvinculando da responsabilidade de explorador relativamente a parte ou ao total da minha pedreira? E liberar parcial ou totalmente a caução prestada?

A caução será liberada quando, em vistoria a requerer pelo explorador ([MOD RG 11](#)) à entidade licenciadora e a efetuar com as entidades competentes pela aprovação do plano de pedreira, estas atestem em auto o cumprimento do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP), com consequente desvinculação do explorador a comunicar pela entidade licenciadora.

A liberação da caução pode ser total ou parcial na proporção do grau de realização do PARP, devendo, neste último caso, ser efetuada nova vistoria.



Como posso encerrar a exploração? Qual o procedimento que estou obrigado?

Quando o explorador não pretender continuar a explorar a pedreira, deve comunicar ([MOD RG 10](#)) à entidade licenciadora (DGEG ou câmara municipal) a intenção de proceder ao seu encerramento, a qual dá conhecimento à entidade responsável pela aprovação do plano ambiental e de recuperação paisagística (PARP). Se a entidade licenciadora for a câmara municipal, esta entidade também dará conhecimento à DGEG – entidade responsável pela aprovação do plano de lavra.

O explorador deve também comunicar estarem reunidas as condições para a realização da vistoria ([MOD RG 11](#)), após o qual a mesma será efetuada de forma a ser verificado o cumprimento das condições de encerramento e do previsto no plano de pedreira, nomeadamente no PARP.



Como proprietário de um terreno, mas não explorador, posso ser responsabilizado pela recuperação?

No caso de abandono de pedreira pelo explorador e não existindo caução, as responsabilidades da recuperação do local são acometidas ao proprietário do terreno.



Como proceder para poder utilizar substâncias explosivas na exploração de uma pedreira?

A autorização para o emprego de pólvora e explosivos na lavra de pedreiras deve ser obtida, nos termos da legislação em vigor, sendo sempre indispensável a obtenção do parecer favorável da DGEG, sem o qual serão feridas de nulidade quaisquer licenças eventualmente concedidas.

Para emissão do parecer da DGEG deve o explorador juntar a todo o processo, nomeadamente ao requerimento dirigido ao Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, entre outros, requerimento dirigido ao Diretor Geral da DGEG ([MOD RG 8](#)).

Independentemente do parecer favorável para a utilização de explosivos, a DGEG, por motivos fundamentados de ordem técnica ou de segurança, pode condicionar ou suspender temporariamente o uso dos explosivos em casos devidamente justificados.



Como devo proceder para licenciar a ampliação da minha pedreira?

Deve proceder de forma idêntica à indicada para o pedido de licença de exploração de uma pedreira nova. ([MOD RG 2](#))

Contudo, poderá não apresentar, com sujeição à aceitação das entidades competentes para a aprovação do plano de lavra e do plano ambiental e de recuperação paisagística (PARP), um ou mais dos elementos técnicos, baseando-se nas características da pedreira que pretende licenciar e desde que justifique devidamente que tais elementos não são necessários para a execução do plano de pedreira.



Quando devo proceder ao licenciamento da ampliação de pedreira ou da revisão do plano de pedreira?

O explorador não pode conduzir e realizar as operações de exploração, fecho e recuperação sem Plano de Pedreira aprovado, o qual constitui condição a que está sujeita a respetiva licença, nomeadamente quanto à preparação dos respetivos planos trienais e aos objetivos finais da exploração, processos, e eventuais ações de monitorização durante e após aquelas operações.

O Plano de Pedreira compreende o Plano de Lavra aprovado pela DGEG (independentemente da entidade licenciadora da pedreira) e o PARP - Plano Ambiental de Recuperação Paisagística aprovado pela CCDF ou ICNF, os quais devem estar devidamente articulados entre si, devendo o seu acompanhamento ser efetuado ao longo do tempo através da entrega obrigatória de planos trienais e respetivas vistorias, quando aplicável.

Sempre que necessário, o PARP pode prever a utilização de solos e rochas não contendo substâncias perigosas provenientes de atividades de construção e não passíveis de reutilização na respetiva obra de origem, estando o explorador dispensado, nos termos da legislação aplicável, de licenciamento específico para a deposição destes resíduos.

O Plano de Pedreira deve ter sempre subjacente a minimização do impacto ambiental na envolvente, o aproveitamento sustentável da massa mineral e, tendo em conta a situação económica do agente, o princípio das melhores técnicas disponíveis (MTD).

O explorador deve **promover a revisão do Plano de Pedreira ou a atualização do Plano de Pedreira** e sua prévia aprovação pelas entidades competentes sempre que pretenda proceder a alterações deste. O Plano de Pedreira será sempre rubricado e assinado pelo respetivo autor, podendo ainda subscrevê-lo os que, eventualmente, nele intervenham em função da especialidade das componentes deste Plano.

No caso do novo Plano de Pedreira introduzir a alteração de uma ou de mais das seguintes condições:

- área de pedreira (inclusão de áreas não licenciadas);
- tipo de exploração;
- regime de licenciamento (alteração da entidade licenciadora de uma autarquia para a DGEG;

O procedimento de aprovação do novo Plano de Pedreira estará sujeito ao **regime de licenciamento de uma ampliação/alteração de regime**, [\(MOD RG 2\)](#) que deverá ser submetido à entidade licenciadora, devendo a sua aprovação seguir a tramitação idêntica à do pedido de licença de exploração de uma pedreira nova.

No caso do novo Plano de Pedreira introduzir alterações que não se enquadrem nas três condições anteriormente referidas, mas que apenas digam respeito à alteração:

- dos ritmos de extração e ou de execução do PARP, com consequente alteração da vida útil da pedreira (quer no que diz respeito à exploração da massa mineral e/ou no período de tempo de execução da reabilitação ambiental do local);

- da profundidade de escavação;
- das zonas de exploração, das zonas de implantação dos anexos e das zonas de localização das instalações de resíduos (escombreyras, áreas destinadas à implantação de sistemas de tratamento de efluentes líquidos ou alteração dos respetivos circuitos de tratamento, barragens de lamas, etc.) mas que se situem no interior da Área de Pedreira licenciada;

O procedimento administrativo de aprovação do novo Plano de Pedreira estará sujeito ao **regime de licenciamento de uma revisão do Plano de Pedreira**, ([MOD RG 4](#)) que deverá ser submetido à entidade licenciadora, devendo a sua aprovação seguir a tramitação prevista no artigo 27º e seguintes, com as devidas adaptações face à alteração em causa.



O que devo fazer para proceder à regularização de um processo de fusão de pedreiras?

Os titulares das pedreiras contíguas ou confinantes que pretendam fundir a totalidade ou parte das respetivas operações devem previamente apresentar à entidade licenciadora (DGEG ou câmara municipal) ([MOD RG 9](#)) descrevendo os objetivos e modalidades da pretendida fusão e indicando a entidade que assumirá a titularidade da pedreira incorporante.

A fusão não consubstancia novo licenciamento nem a pedreira incorporante nova pedreira, sendo dispensada prévia autorização de localização ou acordo do proprietário dos prédios em que se inserem as pedreiras preexistentes e incorporadas.

4 – MODELOS / MINUTAS

Todos os modelos referenciados no texto ([MOD RG 0](#)) a ([MOD RG 12](#)) podem ser consultados no site da DGEG.

<http://www.dgeg.pt> (Aceder a Áreas setoriais / Minas e Pedreiras /Minutas e Formulários)

MOD RG 0

PEDIDO DE CERTIDÃO DE LOCALIZAÇÃO

Exmo. Senhor Presidente *

Pedido de Certidão de Parecer Prévio Favorável de Localização
(nos termos do artigo 9º do Decreto – Lei nº 270/2001)

1 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome ou Denominação Social	
N.º de Contribuinte ou identificação de Pessoa Colectiva	
Morada ou Sede Social	
Código Postal	
N.º Telefone	N.º Telefax
Email	

Para efeitos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 340/2007 de 12 de Outubro, solicita a V. Ex.ª o parecer e emissão da certidão de localização, necessária à instrução do processo de licenciamento da pesquisa/exploração que pretende realizar, localizadas em:

LOCAL	
FREGUESIA	
CONCELHO	
DISTRITO	

* O pedido é dirigido:

- Ao Presidente da câmara municipal territorialmente competente quando a área objeto do pedido esteja inserida em área cativa, de reserva, ou em espaço para indústria extrativa constante do respetivo plano diretor municipal (PDM).
- Ao Dirigente da entidade competente para a aprovação do PARP (CCDR ou ICNF) nos restantes casos

Em anexo juntam-se os seguintes elementos:

(Assinalar os documentos que anexa)

Planta de localização à escala de 1:25 000

☐

Planta cadastral à escala existente

☐

Planta com a delimitação da área:

a pesquisar (no caso de pesquisa) – 1:5 000

☐

a explorar (no caso de pedreira) – 1:5 000

☐

Limites da área de pesquisa / exploração e da área de defesa – 1:5 000

☐

Pede deferimento,

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do requerente)

MOD RG 1

PEDIDO DE LICENÇA DE PESQUISA OU PRORROGAÇÃO

Ex.^{mo} Senhor
Diretor Geral de Energia e Geologia

Pedido, ou prorrogação, de licença de pesquisa

1 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome ou denominação social

N.º de Contribuinte ou Identificação de Pessoa Coletiva

Morada ou sede social

Código Postal

 -

N.º Telefone

N.º Telefax

Email

Código de acesso à certidão permanente de registo comercial

 -

 -

Nome do representante legal

Nº B.I. / C.C.

Data de emissão / validade

 /

 /

Arquivo de identificação

N.º telefone / telemóvel

Email

vem requerer a V. Ex.^a nos termos do DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL n.º 340/2007, de 12 de outubro, a concessão de licença para efetuar trabalhos de pesquisa para a área e substâncias abaixo indicadas:

2 – PEDIDO DE LICENÇA DE PESQUISA

1º PEDIDO (art.º 20º)

☐

PRORROGAÇÃO DA LICENÇA (artº 23º)

☐

N.º DA PESQUISA

DENOMINAÇÃO

MOD RG 2

LICENÇA DE EXPLORAÇÃO,
AMPLIAÇÃO E
ALTERAÇÃO DE REGIME DE LICENCIAMENTO

Ex.^{mo} Senhor
Diretor Geral de Energia e Geologia

Pedido de licença de exploração, ampliação ou alteração de regime

1 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

[illegible][illegible][illegible]

Código Postal

[illegible][illegible][illegible]

Nome do representante legal														
								Nº B.I. / C.C.						

Data de emissão / validade				/		/		Arquivo de identificação							
----------------------------	--	--	--	---	--	---	--	--------------------------	--	--	--	--	--	--	--

N.º telefone / telemóvel | | | | | | | | |

[illegible]

vem requerer a V. Ex.^a nos termos do DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL n.º 340/2007, de 12 de outubro, a licença de exploração de pedreira para a área e substâncias indicadas:

2 – PEDIDO DE LICENCIAMENTO

☐ 1º PEDIDO (art.º 27º) ☐ AMPLIAÇÃO ☐ ALTERAÇÃO (art.º 34º)

[illegible]CLASSE DA PEDREIRA

ÁREA SOLICITADA PARA A PEDREIRA _____ m²

ÁREA DA PEDREIRA JÁ LICENCIADA _____ m²

ÁREA A AMPLIAR

[illegible][illegible][illegible][illegible]

Data de emissão / validade

N.º de Contribuinte

Nº de registo na DGEG

Formação académica

Nome do encarregado

O requerente e o responsável técnico comprometem-se a fazer cumprir o plano de pedreira aprovado, bem como todas as disposições legais aplicáveis à exploração de pedreiras, nomeadamente as de ordem técnica e as que têm a ver com a segurança e saúde dos trabalhadores e de terceiros, a preservação do ambiente e a recuperação paisagística, no âmbito do DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL n.º 340/2007 de 12 de outubro e do DL n.º 162/90, de 22 de maio e demais legislação em vigor.

Pede deferimento.

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do requerente)

Em anexo, junta os seguintes documentos:

Anexo

Certidão do parecer favorável de localização

Título comprovativo da propriedade do prédio

Fotocópia da caderneta predial

Certidão do contrato de exploração sob a forma de escritura pública

Termo de responsabilidade do responsável técnico

Estudo de impacte ambiental

Planta de Localização 1:25 000

Planta Cadastral 1:2 000 ou outra eventualmente existente

Planta topográfica 1:500 ou 1:1 000

Justificação sumária de viabilidade económica

Plano de pedraira (Anexo VI do DL n.º 270/2001, na atual redação do DL n.º 340/2007)

[illegible]

ANEXO À MINUTA DO REQUERIMENTO PARA A LICENÇA DE EXPLORAÇÃO

OUTROS ELEMENTOS TÉCNICOS DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO

Nome ou denominação Social

N.º da pedreira

 Denominação

Destino da produção

Profundidade de escavação Cota maior

 m Cota menor

 m

N.º de trabalhadores	Homens	Mulheres	Total
Operários	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>
Administrativos	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>
Outros (técnicos, dirigentes, etc.)	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>
Total	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>

Uso de explosivos Sim ☐ Não ☐

Estabelecimento industrial anexo:

Existe Sim ☐ Não ☐
Em relação à pedreira localiza-se Dentro ☐ Fora ☐

Áreas e outros elementos da exploração:

Área total licenciada e/ou em licenciamento	<table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table> m ²
Área da ampliação	<table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table> m ²
Área dos anexos	<table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table> m ²
Área da escavação	<table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table> m ²
Área sem intervenção	<table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table> m ²
Área já recuperada	<table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table> m ²
Cota mais baixa atual	<table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table> m
Reservas globais exploráveis	<table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table> m ³
Altura média dos degressos	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table> m
Número de degressos da exploração	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>

_____, _____ de _____, de _____,

(assinatura do projetista ou responsável técnico)

MOD RG 3

PEDIDO DE TRANSMISSÃO DE LICENÇA PESQUISA OU EXPLORAÇÃO

Ex.^{mo} Senhor
Diretor Geral de Energia e Geologia

Pedido de transmissão de licença de pesquisa ou exploração

1 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome ou denominação social																								
N.º de Contribuinte ou Identificação de Pessoa Coletiva																								
Morada ou sede social																								
Código Postal					-																			
N.º Telefone									N.º Telefax															
Email																								
Código de acesso à certidão permanente de registo comercial					-					-														
Nome do representante legal																								
																	Nº B.I. / C.C.							
Data de emissão / validade					/					/					Arquivo de identificação									
N.º telefone / telemóvel																								
Email																								

vem requerer a V. Ex.^a, nos termos dos artigos 24º/37º do DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL n.º 340/2007 de 12 de outubro, autorização para transmissão, para seu nome da licença, cujos elementos referentes ao atual titular, prédio(s) onde se localiza e à responsabilidade técnica, se especificam:

2- IDENTIFICAÇÃO DO EXPLORADOR CESSANTE

Nome ou Denominação Social	
N.º de Contribuinte ou Identificação de Pessoa Coletiva	
Código de acesso à certidão permanente de registo comercial	- -

3 - PEDIDO DE TRANSMISSÃO

DECLARAÇÃO

(**identificação e sede do anterior explorador**), titular da licença de exploração da pedreira de (substância, ex: areia, argila, etc.) com o nº de cadastro _____, denominada (“nome da pedreira”), sita no lugar de (localização/morada da pedreira), freguesia _____, concelho _____, distrito _____, declara que autoriza a transmissão da licença de exploração da pedreira, acima referenciada, nos termos do artigo 37º. do DL nº 270/2001, alterado e republicado pelo DL nº 340/2007 de 12 de Outubro, para (**identificação e sede do novo explorador**).

_____, ____ de _____ de _____

(assinatura do representante legal do detentor da Licença de Exploração)

MOD RG 4

PEDIDO DE REVISÃO DO PLANO DE PEDREIRA

Ex.^{mo} Senhor
Diretor Geral de Energia e Geologia

Pedido de revisão do plano de pedreira

1 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome ou denominação social

N.º de Contribuinte ou Identificação de Pessoa Coletiva

Morada ou sede social

Código Postal

N.º Telefone

N.º Telefax

Email

Código de acesso à certidão permanente de registo comercial

Nome do representante legal

Nº B.I. / C.C.

Data de emissão / validade

Arquivo de identificação

N.º telefone / telemóvel

Email

vem requerer a V. Ex.^a nos termos do nº 5 do artigo 41º do DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL n.º 340/2007, de 12 de outubro, a revisão do plano de pedreira aprovado, pelos motivos indicados abaixo :

☐ Alteração do plano de lavra

☐ Alteração do PARP

☐ Redução da área da pedreira

Outros

2 – PEDREIRA

N.º DA PEDREIRA

DENOMINAÇÃO

ANEXO À MINUTA DO REQUERIMENTO PARA REVISÃO DO PLANO DE PEDREIRA

OUTROS ELEMENTOS TÉCNICOS DO PEDIDO

Nome ou denominação Social

N.º da pedreira

 Denominação

Destino da produção

Profundidade de escavação Cota maior

 m Cota menor

 m

N.º de trabalhadores	Homens	Mulheres	Total
Operários	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>
Administrativos	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>
Outros (técnicos, dirigentes, etc.)	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>
Total	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>

Uso de explosivos Sim ☐ Não ☐

Estabelecimento industrial anexo:

Existe Sim ☐ Não ☐
Em relação à pedreira localiza-se Dentro ☐ Fora ☐

Áreas e outros elementos da exploração:

Área da pedreira licenciada	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100%; height: 20px;"></table> m ²
Área da pedreira após revisão	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100%; height: 20px;"></table> m ²
Área dos anexos	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100%; height: 20px;"></table> m ²
Área da escavação	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100%; height: 20px;"></table> m ²
Área sem intervenção	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100%; height: 20px;"></table> m ²
Área já recuperada	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100%; height: 20px;"></table> m ²
Cota mais baixa atual	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100%; height: 20px;"></table> m
Reservas globais exploráveis	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100%; height: 20px;"></table> m ³
Altura média dos degraus	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table> m
Número de degraus da exploração	<table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px;"></table>

_____, _____ de _____, de _____,

(assinatura do projetista ou responsável técnico)

MOD RG 5

TERMO DE RESPONSABILIDADE

TERMO DE RESPONSABILIDADE

1 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome																																											
																	Nº BI / CC																										
Data de emissão / validade																	/					/					Arquivo																
N.º telefone / telemóvel																	N.º Telefax																										
Morada:																																											
																	Código Postal:																										
Email																																											
Formação académica:																																											
																	NIF																										
N.º de Cédula Profissional																	N.º de registo DGEG:																										

Declaro que assumo a responsabilidade pela direção dos trabalhos de exploração da pedreira abaixo identificada, a partir De / / , comprometendo-se, conjuntamente com o explorador, a fazer cumprir o plano de pedreira aprovado, bem como as disposições legais aplicáveis à exploração de pedreiras, de ordem técnica, de segurança e saúde dos trabalhadores e de terceiros, de preservação do ambiente e de recuperação paisagística (Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de outubro, Decreto-Lei n.º 162/90, de 22 de maio e demais legislação aplicável).

2 – IDENTIFICAÇÃO DA PEDREIRA

Pedreira Nº									denominada																								
Classe	1	<input type="checkbox"/>	2	<input type="checkbox"/>	3	<input type="checkbox"/>	4	<input type="checkbox"/>	Utiliza explosivo	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>																				
Local																																	
Freguesia																																	
Concelho																																	
Distrito																																	

ANEXO DO MODELO RG5 - Termo de Responsabilidade

IDENTIFICAÇÃO

Nome do Responsável Técnico

 NIF

Pedreiras

1 - N.º da pedreira

 Denominação

Substância Principal

Nome ou denominação social do explorador

Classe 1

 2

 3

 4

2 - N.º da pedreira

 Denominação

Substância Principal

Nome ou denominação social do explorador

Classe 1

 2

 3

 4

3 - N.º da pedreira

 Denominação

Substância Principal

Nome ou denominação social do explorador

Classe 1

 2

 3

 4

4 - N.º da pedreira

 Denominação

Substância Principal

Nome ou denominação social do explorador

Classe 1

 2

 3

 4

5 - N.º da pedreira

 Denominação

Substância Principal

Nome ou denominação social do explorador

Classe 1

 2

 3

 4

6 - N.º da pedreira

--	--	--	--	--

 Denominação

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Substância Principal

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nome ou denominação social do explorador

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Classe 1

--

 2

--

 3

--

 4

--

7 - N.º da pedreira

--	--	--	--	--

 Denominação

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Substância Principal

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nome ou denominação social do explorador

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Classe 1

--

 2

--

 3

--

 4

--

8 - N.º da pedreira

--	--	--	--	--

 Denominação

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Substância Principal

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nome ou denominação social do explorador

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Classe 1

--

 2

--

 3

--

 4

--

(assinatura do responsável técnico)

MOD RG 6

PEDIDO DE MUDANÇA RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ex.^{mo} Senhor
Diretor Geral de Energia e Geologia

Pedido de mudança de responsável técnico

1 - IDENTIFICAÇÃO DO EXPLORADOR

Nome ou denominação social	
N.º de Contribuinte ou Identificação de Pessoa Coletiva	
Morada ou sede social	
Código Postal	
N.º Telefone	N.º Telefax
Email	

vem requerer a V. Ex.^a, nos termos do n.º 1 do artigo 43º do DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL n.º 340/2007 de 12 de outubro, a mudança do responsável técnico da sua pedreira, especificando, abaixo, os elementos referentes à pedreira e ao responsável técnico proposto:

2 – IDENTIFICAÇÃO DA PEDREIRA

N.º DA PEDREIRA	DENOMINAÇÃO
LOCAL	
FREGUESIA	
CONCELHO	
DISTRITO	

5- RESPONSÁVEL TÉCNICO PROPOSTO

Nome																															
																Nº B.I. / C.C.															
Data de emissão / validade							/			/			Arquivo de identificação																		
N.º de Contribuinte																Nº de registo na DGEG															
Formação académica																															

O responsável técnico proposto preenche os requisitos estabelecidos no artigo 42º do DL nº 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL nº 340/2007 de 12 de outubro, conforme documento em anexo.

_____, _____ de _____ de _____

Pede deferimento,

(assinatura do requerente)

MOD RG 7

PEDIDO DE SUSPENSÃO

Ex.^{mo} Senhor
Diretor Geral de Geologia e Minas

Pedido de suspensão de exploração de pedreira

1 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome ou denominação social

N.º de Contribuinte ou Identificação de Pessoa Coletiva

Morada ou sede social

Código Postal

 -

N.º Telefone

N.º Telefax

Email

Código de acesso à certidão permanente de registo comercial

 -

 -

Nome do representante legal

Nº B.I. / C.C.

Data de emissão / validade

 /

 /

Arquivo de identificação

N.º telefone / telemóvel

Email

vem requerer a V. Ex.^a, nos termos do n.º 6 do artigo 50º do DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL n.º 340/2007 de 12 de outubro, autorização para suspender a exploração da pedreira, abaixo identificada:

2 – PEDREIRA

N.º DA PEDREIRA	DENOMINAÇÃO

3 – LOCALIZAÇÃO DA PEDREIRA

LOCAL

FREGUESIA

CONCELHO

DISTRITO

O período solicitado para a suspensão é de

--	--	--

 dias.

A partir da data :

--	--	--	--	--

 /

--	--	--

 /

--	--	--

Motivos justificativos do pedido :

O requerente compromete-se a comunicar, previamente, à Direção Geral de Energia e Geologia a reativação da exploração da pedreira e durante a suspensão a fazer cumprir todas as disposições legais aplicáveis à exploração de pedreiras, nomeadamente as de ordem técnica e as que têm a ver com a segurança e saúde dos eventuais trabalhadores e de terceiros, a preservação do ambiente e a recuperação paisagística, no âmbito do DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL n.º 340/2007 de 12 de outubro, do DL n.º 162/90, de 22 de maio, e demais legislação em vigor.

Pede deferimento,

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do requerente)

MOD RG 8

PEDIDO DE PARECER PARA EMPREGO DE PÓLVORAS E EXPLOSIVOS
NA LAVRA DE PEDREIRAS

Ex.^{mo} Senhor
Diretor Geral de Energia e Geologia

Pedido de parecer para emprego de pólvora e explosivos na lavra de pedreira

1 - IDENTIFICAÇÃO DO EXPLORADOR

Nome ou denominação social	
NIF ou NIPC	Nº Telefone ou telemóvel
Email	

requer a V. Ex.^a o parecer, previsto no nº 1 do artº 47º do DL nº 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL nº 340/2007 de 12 de outubro, para autorização de emprego de pólvora e explosivos na lavra da sua pedreira, especificando, abaixo, os elementos referentes ao próprio, à pedreira e ao fornecedor responsável pela autorização.

Nome do representante legal	
	Nº B.I. / C.C.

2 - FORNECEDOR RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO

Nome ou denominação social	
	NIPC
Email	

3 - IDENTIFICAÇÃO DA PEDREIRA

N.º DA PEDREIRA	DENOMINAÇÃO

4 - OPERADORES DE SUBSTÂNCIAS EXPLOSIVAS

Nome do operador		
	Nº B.I. / C.C.	
Nº da Cédula:	Validade	Nº de operadores

5 - AUTORIZAÇÕES EM VIGOR (anexar fotocópia)

Autorização da Polícia Nº	ANO	Quantidade autorizada (kg)	Quantidade consumida (kg)	DATA	SALDO (kg)
TOTAL					

Ano: | | | | | Tipo de explosivos: Explosivos ppd ☐ Pólvoras ☐

B - Quantidade já autorizada para o ano							kg
---	--	--	--	--	--	--	----

R - Consumo específico previsto [R=(A+B)/C]				g/ton
---	--	--	--	-------

[illegible]

Pede deferimento,

(assinatura do requerente)

PARECER: _____

A' – Quantidade de autorizada: _____ kg

R' - Consumo específico previsto $[R'=(A'+B)/C]$: _____ g/ton

TÉCNICO: _____ DATA: _____

DESPACHO: _____

DIRIGENTE: _____ DATA: _____

MOD RG 9

PEDIDO DE FUSÃO DE PEDREIRAS

Ex.^{mo} Senhor
Diretor Geral de Energia e Geologia

Pedido de fusão de pedreiras

1 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome ou denominação social	<div></div>																												
N.º de Contribuinte ou Identificação de Pessoa Coletiva	<div></div>																												
Morada ou sede social	<div></div>																												
Código Postal	<div></div>																												
N.º Telefone	<div></div>														N.º Telefax	<div></div>													
Email	<div></div>																												
Código de acesso à certidão permanente de registo comercial	<div></div>																												
Nome do representante legal	<div></div>																												
	<div></div>														N.º B.I. / C.C.	<div></div>													
Data de emissão / validade	<div></div>														Arquivo de identificação	<div></div>													
N.º telefone / telemóvel	<div></div>																												
Email	<div></div>																												

vem requerer a V. Ex.^a nos termos do artº 36º do DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL n.º 340/2007 de 12 de outubro, autorização para fusão de pedreiras contíguas ou confinantes, cujos elementos se especificam:

2 – IDENTIFICAÇÃO DA PEDREIRA INCORPORANTE

N.º DA PEDREIRA	<div></div>														DENOMINAÇÃO	<div></div>													
ÁREA DA PEDREIRA LICENCIADA	<div></div>														m²														
ÁREA DO(S) PRÉDIO(S)	<div></div>														m²														

3 – IDENTIFICAÇÃO DA(S) PEDREIRA(S) INCORPORADA(S)

N.º DA PEDREIRA	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	DENOMINAÇÃO	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>
<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>			
ÁREA DA PEDREIRA LICENCIADA		<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	m ²
ÁREA DO(S) PRÉDIO(S)		<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	m ²

N.º DA PEDREIRA	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	DENOMINAÇÃO	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>
<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>			
ÁREA DA PEDREIRA LICENCIADA		<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	m ²
ÁREA DO(S) PRÉDIO(S)		<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	m ²

N.º DA PEDREIRA	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	DENOMINAÇÃO	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>
<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>			
ÁREA DA PEDREIRA LICENCIADA		<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	m ²
ÁREA DO(S) PRÉDIO(S)		<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	m ²

4 – LISTA DAS SUBSTÂNCIAS A EXPLORAR

Substância Principal	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>
Substâncias Secundárias	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>
	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>
	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>

5 – ÁREA E LIMITES DA PEDREIRA RESULTANTE

ÁREA DA PEDREIRA APÓS INCORPORAÇÃO	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	m ²
ÁREA DO(S) PRÉDIO(S)	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>	m ²

Vértices da poligonal	Coordenadas no sistema PT – TM06/ETRS89	
	M (m)	P (m)
<div>1</div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>
<div>2</div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>
<div>3</div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>
<div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>
<div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>
<div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>
<div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>
<div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>,</div> <div></div> <div></div> <div></div>

ANEXO À MINUTA DO REQUERIMENTO PARA FUSÃO DE PEDREIRAS

OUTROS ELEMENTOS TÉCNICOS DA PEDREIRA APÓS FUSÃO

Nome ou denominação Social

N.º da pedreira

 Denominação

Destino da produção

Profundidade de escavação Cota maior

 m Cota menor

 m

N.º de trabalhadores	Homens	Mulheres	Total
Operários	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>
Administrativos	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>
Outros (técnicos, dirigentes, etc.)	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>
Total	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	<table border="1" style="display: inline-table; width: 50px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>

Uso de explosivos Sim ☐ Não ☐

Estabelecimento industrial anexo:

Existe Sim ☐ Não ☐

Em relação à pedreira localiza-se Dentro ☐ Fora ☐

Áreas e outros elementos da pedreira:

Área total licenciada após fusão

 m²

Área dos anexos

 m²

Área de escavação

 m²

Área sem intervenção

 m²

Área já recuperada

 m²

Cota mais baixa atual

 m

Volume total a desmontar^(*)

 m³

Reservas globais exploráveis^(*)

 m³

Altura média dos degraus

 m

Número de degraus da exploração

^(*) À data de elaboração do Plano de Pedreira

_____, _____ de _____, de _____,

(assinatura do projetista ou responsável técnico)

MOD RG 10

DECLARAÇÃO DE ABANDONO DE PEDREIRA

Ex.^{mo} Senhor
Diretor Geral de Energia e Geologia

Declaração de abandono de pedreira

1 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

[illegible][illegible][illegible][illegible]

N.º Telefono										N.º Telefax							
--------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-------------	--	--	--	--	--	--	--

[illegible]

Código de acesso à certidão permanente de registo comercial				-				-		
--	--	--	--	---	--	--	--	---	--	--

[illegible]

Data de emissão / validade				/		/		Arquivo de identificação						
----------------------------	--	--	--	---	--	---	--	--------------------------	--	--	--	--	--	--

N.º telefone / telemóvel | | | | | | | | | |

[illegible]

vem declarar a V. Ex.^a nos termos do nº 1 do artigo 50º do DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL nº 340/2007 de 12 de outubro, que pretende abandonar a pedreira abaixo identificada:

2 – IDENTIFICAÇÃO DA PEDREIRA

[illegible][illegible]

3 – LOCALIZAÇÃO DA PEDREIRA

[illegible][illegible][illegible]

Titularidade dos terrenos

Do explorador

1

De terceiros

Data de atribuição da Licença de Exploração

Data de aprovação do Plano de Pedreira

Caução prestada

Sim

Não

Nome do Responsável Técnico

| | | | | | | | | | | | | | | | | |

Nº de registo na DGEG

O explorador compromete-se, no âmbito dos artigos 46º e 49º do DL nº 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL nº 340/2007 de 12 de outubro, a executar as medidas de segurança e de recuperação paisagística adequadas, nomeadamente as impostas e/ou aprovadas pelas entidades competentes.

Pede deferimento,

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do requerente)

MOD RG 11

PEDIDO DE VISTORIA

Ex.^{mo} Senhor
Diretor Geral de Energia e Geologia

Pedido de vistoria

1 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome ou denominação social	<input type="text"/>
N.º de Contribuinte ou Identificação de Pessoa Coletiva	<input type="text"/>
Morada ou sede social	<input type="text"/>
Código Postal	<input type="text"/>
N.º Telefone	<input type="text"/>
N.º Telefax	<input type="text"/>
Email	<input type="text"/>

vem requerer a V. Ex.^a nos termos do DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo DL n.º 340/2007, de 12 de outubro, a vistoria à pedreira nos termos:

Do n.º 3 do art.º 31º

☐

Do n.º 1 do art.º 53º

☐

Recuperação:

Total

☐

Parcial

☐

2 – PEDREIRA

DA PEDREIRA

DENOMINAÇÃO

3 – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Nome

Número de identificação fiscal

Nº de registo na DGEG

_____, _____ de _____, de _____,

Pede deferimento,

(assinatura do requerente)

MOD RG 12

PROGRAMA TRIENAL

PROGRAMA TRIENAL DE PEDREIRA

_____ / _____ a _____ / _____ (Mês e Ano)

O presente Programa Trienal, abrange um período de três anos com início na data da comunicação do licenciamento ou da aprovação do processo de adaptação e por períodos subsequentes e constitui uma exigência do Decreto-Lei nº 270/ 2001 de 6 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 340/2007 de 12 de outubro, tendo como principal objetivo a confirmação de que a atividade de exploração e recuperação da pedreira se insere dentro dos objetivos do Plano de Pedreira aprovado e a justificação dos objetivos que se esperam atingir nesse período.

Identificação da Empresa:

Explorador:	_____		
Nº Contribuinte:	_____	E-mail geral:	_____
Morada:	_____		
Telf:	_____	Fax:	_____

Identificação da Pedreira:

Nº de pedreira:	_____	Nome da pedreira:	_____	Classe:	_____
Situação prevista para o triénio:					
Ano 1 - Em exploração		<input type="checkbox"/>	Outra: _____		
Ano 2 - Em exploração		<input type="checkbox"/>	Outra: _____		
Ano 3 - Em exploração		<input type="checkbox"/>	Outra: _____		
Data de aprovação do Plano de Pedreira: ____/____/____					

1. PLANO DE LAVRA

1.1 INFORMAÇÃO TÉCNICA RELATIVA À EXPLORAÇÃO

		Unidade	Início do Triénio	Final do Triénio
1	Área total licenciada ($A_{tl} = 2+3+4+5$)	m ²		
2	Área total afeta aos anexos (A_{anx})	m ²		
3	Área total dos trabalhos de escavação (A_{esc})	m ²		
4	Área licenciada não mexida (A_{vg})	m ²		
5	Área explorada já recuperada (A_{rec})	m ²		
6	Área intervencionada ($A_i = 1-4-5$)	m ²		
7	Volume total previsto no plano de lavra para exploração (V_{tex})	m ³		
8	Volume já explorado (V_{ex})	m ³		
9	Cota mais baixa da escavação (C_{act})	m		
10	Cota mais baixa da escavação aprovada no plano de lavra (C_{pl})	m		
11	Número de degraus da exploração (N_d)	nº		
12	Altura média dos degraus (A_{dmed})	m		

1.2 CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES A DESENVOLVER NO TRIÉNIO

Identificar as atividades a desenvolver em cada ano, anexando fotos que identifiquem os locais onde se irão desenvolver as atividades.

[illegible]

Expor sucintamente eventuais aspetos que possam vir a interferir com o normal desenvolvimento da(s) atividade(s) previstas.

--

1.3. ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO

Previsão da(s) substância(s) a extrair	Quantidade (Toneladas)		
	Ano 1	Ano 2	Ano 3
TOTAL			
Previsão da(s) substância(s) comerciais a produzir			
TOTAL			

Expor eventuais aspetos que possam vir a interferir com a produção prevista.

--

1.4. ESTIMATIVA DE CONSUMO DE EXPLOSIVOS

Tipo de explosivos	Quantidade (Kg)		
	Ano 1	Ano 2	Ano 3
TOTAL			

1.5. EQUIPAMENTOS

Tipo de Equipamento	Potência
TOTAL	

2. PLANO AMBIENTAL E DE RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA

2.1 INVESTIMENTOS EM RECUPERAÇÃO

Valor da caução prestada (€) _____ e data ____/____/____ (dia/mês/ano)

Estão previstos trabalhos de recuperação no PARP no triénio (S/N) _____

Vão ser realizados trabalhos para além dos previstos no PARP (S/N) _____

Quantificar os investimentos da recuperação paisagística para o triénio.

Actividades Previstas		Ano 1		Ano 2		Ano 3	
		Unidades	Valor (€)	Unidades	Valor (€)	Unidades	Valor (€)
Modelação	(m ²)						
Espalhamento de terra vegetal e fertilização	(m ²)						
Sementeiras	(m ²)						
Plantações	(nº árvores)						
Áreas em manutenção	(m ²)						
Outras:							

2.2 CRONOGRAMA DA ATIVIDADE A DESENVOLVER NO TRIÊNIO

Identificar as principais atividades a desenvolver em cada ano, ao nível da do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística. Incluir atividades de monitorização ambiental previstas no âmbito do processo de licenciamento / adaptação da pedreira.

Explicitação das actividades previstas	Ano 1	Ano 2	Ano 3

Apresentar uma descrição sumária do cumprimento das medidas de minimização previstas no Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística e a fase de recuperação em que se encontra. Expor os aspetos que possam vir a interferir com a recuperação paisagística prevista.

--

3. PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

Identificar, se previsível, as principais medidas de controlo a desenvolver em cada ano, ao nível da Segurança e Saúde no Trabalho.

Explicitação das atividades previstas	Sim/Não		
	Ano 1	Ano 2	Ano 3

Apresentar uma descrição sumária das principais medidas de monitorização e prevenção a adotar no triénio.

1	Cópia das plantas e cortes do Plano de Lavra aprovado, com a evolução prevista para o triénio (cores diferenciadas para cada ano), (obrigatório) .
2	Fotografias recentes que evidenciem os trabalhos de exploração (obrigatório) .
3	Eventuais estudos, análises e relatórios com interesse para o melhor conhecimento das massas minerais e dos processos de exploração (opcional) .

5. OBSERVAÇÕES

--

O presente programa deve ser apresentado em duplicado.

Qualquer esclarecimento pode ser obtido junto da DGEG.

Assinatura do explorador

Carimbo da Empresa

Responsável Técnico: _____

Nº de registo na DGEG: _____

Contacto para dúvidas ou esclarecimentos

Nome: _____
Função: _____
Telefone: _____ E-mail: _____